2018 Relatório de Gestão

RG

LOUSÃ

Câmara Municipal

ÍNDICE

PÁGINAS

1. INTRODUÇÃO 7

2. COMPONENTE ORÇAMENTAL 7

2.1. Análise ao Orçamento 7

2.1.1. Orçamento da Receita 7

2.1.1.1. Receita Corrente Bruta 8

2.1.1.1.1. Os Impostos Diretos 9

2.1.1.1.2. Os Impostos Indiretos 11

2.1.1.1.3. As Taxas, Multas e Outras Penalidades 13

2.1.1.1.4. Os Rendimentos de Propriedade 16

2.1.1.1.5. O valor das Transferências Correntes Obtidas 17

2.1.1.1.6. As Vendas de Bens e Serviços Correntes 19

2.1.1.1.7. As Outras Receitas 22

2.1.1.2. As Receitas de Capital Brutas 23

2.1.2. Orçamento da Despesa 25

2.1.2.1. Repartição da Despesa Por Classificação Orgânica 25

2.1.2.2. Desagregação da Despesa Por Económica 26

2.1.2.2.1. A Despesa Orçamental Corrente 27

2.1.2.2.2. A Despesa de Capital do Município 30

2.2. Análise às Grandes Opções do Plano 32

2.2.1. O Plano Plurianual de Investimentos 33

2.2.2. As Atividades Mais Relevantes 34

2.3. A Execução Orçamental 36

2.3.1. A Execução do Orçamento da Receita 36

2.3.2. A Execução do Orçamento da Despesa 37

2.4. Considerações Finais da Execução Orçamental 38

3. COMPONENTE PATRIMONIAL 42

3.1. A Demonstração de Resultados 42

3.1.1. Os Custos e Perdas do Município 42

3.1.2. Os Proveitos e Ganhos do Município 43

3.1.3. Os Resultados do Município 44

3.2. O Balanço 46

3.2.1. O Ativo Líquido 46

3.2.2. O Passivo 48

3.2.3. Os Fundos Próprios 48

3.3. Os Indicadores Económico – Financeiros 49

3.4.1 As Dívidas De e a Terceiros 50

3.4.2. O Endividamento Municipal 52

3.4.3. Os Pagamentos em Atraso 53

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 54

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 66

6. CONTABILIDADE DE CUSTOS 66

ÍNDICE DE GRÁFICOS PÁGINAS

GRÁFICO N.º 1 – "Repartição das Receitas Correntes Brutas Cobradas no ano de 2018"_____ **9**

GRÁFICO N.º 2 – "Os Impostos Diretos cobrados no exercício de 2018"_____ **10**

GRÁFICO N.º 3 – "Evolução dos Impostos Diretos no período de 2014 a 2018"___ **11**

GRÁFICO N.º 4 – "Análise aos Impostos Indiretos no período de 2014 a 2018"____ **12**

GRÁFICO N.º 5 – "Repartição dos Impostos Indiretos cobrados no exercício de 2018"_____ **13**

GRÁFICO N.º 6 – "Valores das Taxas no exercício de 2018"_____ **14**

GRÁFICO N.º 7 – "Evolução das Taxas Cobradas de 2014 a 2018"_____ **14**

GRÁFICO N.º 8 – "Valores Cobrados, no exercício de 2018, de Multas e Outras Penalidades"_____ **15**

GRÁFICO N.º 9 – "Receita obtida de Multas e Outras Penalidades, de 2014 a 2018"_____ **16**

GRÁFICO N.º 10 – "Os Rendimentos de Propriedade cobrados em 2018"_____ **17**

GRÁFICO N.º 11 – "Valor das Transferências Correntes Obtidas, em 2018"_____ **18**

GRÁFICO N.º 12 – "Evolução das Transferências Obtidas nos períodos de 2014 a 2018 "_____ **19**

GRÁFICO N.º 13 – "Os Valores das Vendas de Bens e Serviços Correntes, no ano de 2018"_____ **20**

GRÁFICO N.º 14 – "Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes no período de 2014 a 2018"_____ **21**

GRÁFICO N.º 15 – "Repartição do Capítulo Outras Receitas no exercício de 2018"_____ **22**

GRÁFICO N.º 16 – "As Receitas de Capital obtidas em 2018"_____ **24**

GRÁFICO N.º 17 – "Evolução do Capítulo Transferências de Capital"_____ **24**

GRÁFICO N.º 18 – "Distribuição da Despesa Faturada pelas Orgânicas"_____ **26**

GRÁFICO N.º 19 – "Evolução da Despesa Corrente, de 2014 a 2018"_____ **27**

GRÁFICO N.º 20 – "As Despesas de Capital do exercício de 2018"_____ **31**

GRÁFICO N.º 21 – "Principais agrupamentos das Despesas de Capital nos exercícios de 2014 a 2018"_____ **32**

GRÁFICO N.º 22 – "Níveis de execução da Receita no exercício de 2014 a 2018" _____ **37**

GRÁFICO N.º23 – "Execução da Despesa Faturada nos exercícios de 2014 a 2018"_____ **38**

GRÁFICO N.º 24 – "Evolução dos Resultados do Município no exercício de 2014 a 2018"_____ **46**

GRÁFICO N.º 25 – "Os Rácios da Liquidez dos exercícios de 2014 a 2018"_____ **50**

GRÁFICO – "ANÁLISE GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES" _____ **68**

ÍNDICE DE QUADROS PÁGINAS

QUADRO N.º 1 – "O Plano Plurianual de Investimentos do exercício de 2018"_____ **33**

QUADRO N.º 2 – "As Atividades Mais Relevantes do exercício de 2018"_____ **35**

QUADRO N.º 3 – "Os Custos e Perdas Operacionais do exercício de 2014 a 2018"_____ **42**

QUADRO N.º 4 – "Custos e Perdas registados de 2014 a 2018"_____ **43**

QUADRO N.º 5 – "Valores dos Proveitos e Ganhos Operacionais de 2014 a 2018"_____ **44**

QUADRO N.º 6 – "Os Proveitos e Ganhos dos exercícios de 2014 a 2018"_____ **44**

QUADRO N.º 7 – "Os Resultados do exercício de 2014 a 2018"_____ **45**

QUADRO N.º 8 – "O Ativo Líquido de 2014 a 2018"_____ **47**

QUADRO N.º 9 – "O Imobilizado Bruto dos anos de 2014 a 2018"_____ **47**

QUADRO N.º 10 – "O Passivo do Município de 2014 a 2018"_____ **48**

QUADRO N.º 11 – "Valores dos Fundos Próprios do Município de 2014 a 2018"_____ **49**

QUADRO N.º 12 – "Indicadores Económico – Financeiros do exercício de 2014 a 2018"_____ **49**

QUADRO N.º 13 – "As Dívidas De Curto Prazo do período de 2014 a 2018"_____ **51**

QUADRO N.º 14 – "As Dívidas A Curto Prazo do período de 2014 a 2018"_____ **51**

QUADRO N.º 15 – "Valores dos Limites Impostos Por Lei"_____ **53**

QUADRON.º16 – "Evolução do Prazo Médio de Pagamentos "_____ **53**

QUADRON.º17– "Ativo Bruto/Imobilizado Bruto"_____ **57**

QUADRON.º18 – "Amortizações e Provisões" _____ **58**

QUADRO N.º 19 – "Mapa 8.2.26. – Contas de Ordem Anexo ao Balanço"_____ **63**

QUADRO N.º 20 – "Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas"_____ **63**

QUADRO N.º 21 – "Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas"_____ **64**

QUADRO N.º 22 – "Demonstração da Variação da Produção"_____ **64**

QUADRO N.º 23 – "Demonstração dos Resultados Financeiros"_____ **65**

QUADRO N.º 24 – "Demonstração dos Resultados Extraordinários"_____ **65**

1. Introdução

Atendendo às normas legais, tais como a i) do n.º 1 do artigo 33.º, bem como à alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com o Decreto – Lei n.º 54 – A/99, de 22 de fevereiro, isto é, o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL) e de acordo com da Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, incluindo as alterações subsequentes, é da competência do órgão executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

A elaboração dos documentos, que compõem a Prestação de Contas, têm como princípio orientador espelhar uma imagem verdadeira, apropriada e aderente à realidade das situações económico – financeira e patrimonial, bem como, dos resultados obtidos pelo Município da Lousã, visando a comparabilidade da informação com os exercícios anteriores.

Em relação ao Relatório de Gestão, inicialmente será apresentada a componente orçamental, sendo efetuada a comparação entre as previsões e as dotações com os valores realizados, e a sua evolução no período de 2014 a 2018. De seguida, será analisada a componente patrimonial onde serão comentadas as demonstrações financeiras, o endividamento e as dívidas a terceiros. Finalmente será feita uma análise de gestão ao apuramento dos Custos e Proveitos por Funções, Bens e Serviços através da Contabilidade de Custos.

2. Componente Orçamental

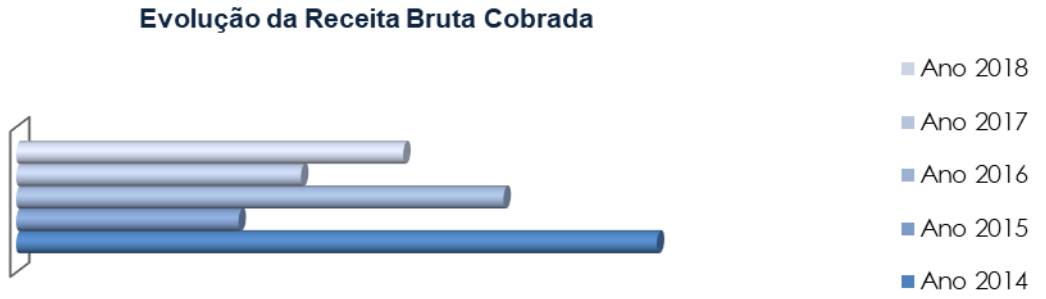
O processo da componente Orçamental começa com a elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, onde são contempladas todas as receitas que o Município prevê arrecadar e as despesas que pretende realizar durante o exercício económico. Durante o exercício são efetuados os ajustamentos necessários e, no final do exercício é analisada a execução dos documentos em causa.

2.1. Análise ao Orçamento

2.1.1. Orçamento da Receita

A Receita Bruta Cobrada no período de 2014 a 2018, registou uma diminuição de 6,97%, representando uma diminuição de 1.014.497,75€. Em 2018 o valor global da receita bruta cobrada foi superior ao valor do ano 2017 em 409.067,48€, aumentando 3,11%.

	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas Correntes	11 258 990,32 €	11 711 026,29 €	11 838 345,47 €	11 838 799,64 €	12 127 551,40 €
Receitas de Capital	3 304 076,23 €	1 174 673,78 €	2 071 769,15 €	1 298 699,72 €	1 379 531,44 €
Outras Receitas	30,00 €	3 956,34 €	39 518,76 €	2 031,96 €	41 515,96 €
Total da Receita Bruta Cobrada Orçamentais	**14 563 096,55**	**12 889 656,41**	**13 949 633,38**	**13 139 531,32**	**13 548 598,80**



A execução da receita cobrada bruta foi no exercício de 2014 foi 94%, no exercício de 2015 foi 92,66%, no exercício de 2016 foi de 94,3%, no exercício de 2017 foi 86,57% e no exercício de 2018 de 85,63%.

2.1.1.1. Receita Corrente Bruta

No cômputo geral das Receitas Brutas Cobradas Correntes verifica-se que no exercício de 2018, comparativamente com o período homólogo anterior, houve acréscimo de receita cobrada de 2,44 %.

Receitas Correntes	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Impostos Diretos	2 847 286,98 €	25,29%	3 070 695,45 €	26,22%	3 030 184,51 €	25,60%	2 979 196,13 €	25,16%	3 133 355,96 €	25,84%
Impostos Indiretos	168 480,48 €	1,50%	194 931,16 €	1,66%	319 574,20 €	2,70%	281 880,81 €	2,38%	236 780,57 €	1,95%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	487 604,12 €	4,33%	595 829,91 €	5,09%	531 102,48 €	4,49%	643 974,68 €	5,44%	530 533,07 €	4,37%
Rendimentos de Propriedade	558 465,67 €	4,96%	575 401,34 €	4,91%	531 241,98 €	4,49%	517 177,45 €	4,37%	510 460,37 €	4,21%
Transferências Correntes	5 049 806,40 €	44,85%	4 945 225,45 €	42,23%	5 180 357,91 €	43,76%	5 069 830,49 €	42,82%	5 409 301,00 €	44,60%
V. De Bens e Serviços Correntes	2 095 604,95 €	18,61%	2 216 251,56 €	18,92%	2 195 668,59 €	18,55%	2 266 113,17 €	19,14%	2 131 140,06 €	17,57%
Outras Receitas Correntes	51 741,72 €	0,46%	112 691,42 €	0,96%	50 215,80 €	0,42%	80 626,91 €	0,68%	175 980,37 €	1,45%
TOTAL:	**11 258 990,32 €**	**100,00%**	**11 711 026,29 €**	**100,00%**	**11 838 345,47 €**	**100,00%**	**11 838 799,64 €**	**100,00%**	**12 127 551,40 €**	**100,00%**

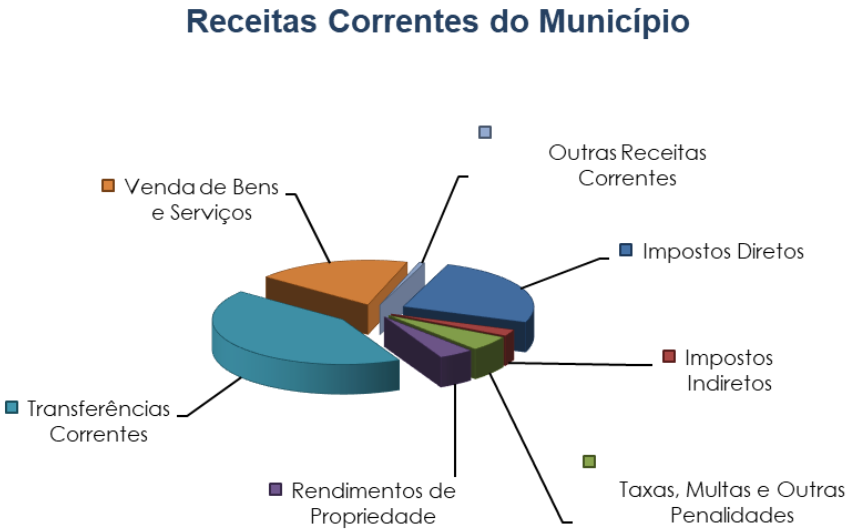


Gráfico n.º 1 – "Repartição das Receitas Correntes Brutas Cobradas no ano de 2018".

Do exercício de 2018 face ao exercício de 2017 aumentaram as receitas de Impostos Diretos, de Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. Em relação às rubricas como as Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades; os Rendimentos de Propriedade e as Venda de Bens e Serviços Correntes, de 2017 para 2018, houve uma diminuição nos valores cobrados num total de 300.232,04€.

2.1.1.1.1. Os Impostos Diretos

Os Impostos Diretos registaram um aumento de 5,17% no exercício de 2018 em relação ao período homólogo anterior. Para esse acréscimo contribuíram as subidas de 26,08% no IMT, de 5,39% no IUC, e de 4,14% no IMI.

Impostos Diretos	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Imposto Municipal S/ Imóveis - IMI	2 017 116,11 €	70,84%	2 060 937,26 €	67,12%	1 931 347,88 €	63,74%	1 910 015,96 €	64,11%	1 989 146,66 €	63,48%
Contribuição Autárquica	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Imposto Municipal sobre Veículos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Imp. Municipal S/ Trans. Onerosas - IMT	193 829,96 €	6,81%	396 750,21 €	12,92%	198 052,19 €	6,54%	243 908,27 €	8,19%	307 527,68 €	9,81%
Imposto Municipal de Sisa	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Derrama	279 710,46 €	9,82%	270 443,30 €	8,81%	550 515,53 €	18,17%	450 898,99 €	15,13%	442 131,12 €	14,11%
Imposto Único de Circulação - IUC	356 630,45 €	12,53%	342 564,68 €	11,16%	350 268,91 €	11,56%	374 372,91 €	12,57%	394 550,50 €	12,59%
Total:	**2 847 286,98 €**	**100,00%**	**3 070 695,45 €**	**100,00%**	**3 030 184,51 €**	**100,00%**	**2 979 196,13 €**	**100,00%**	**3 133 355,96 €**	**100,00%**

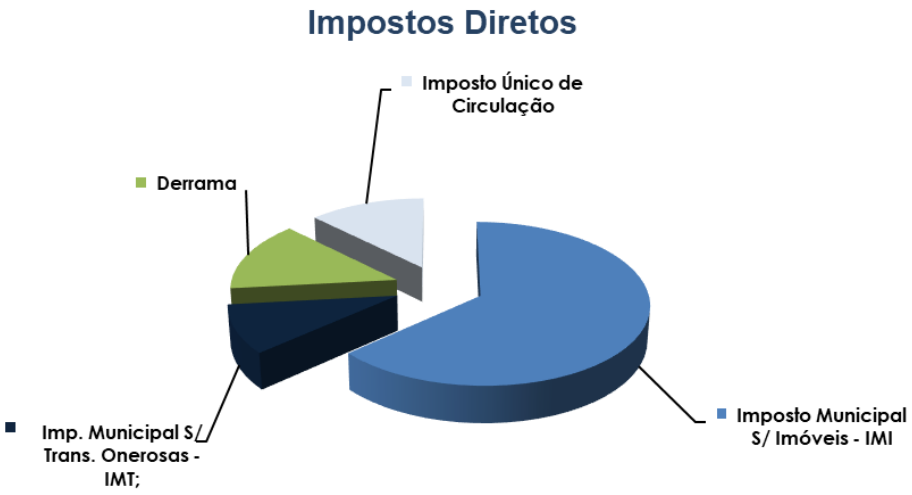
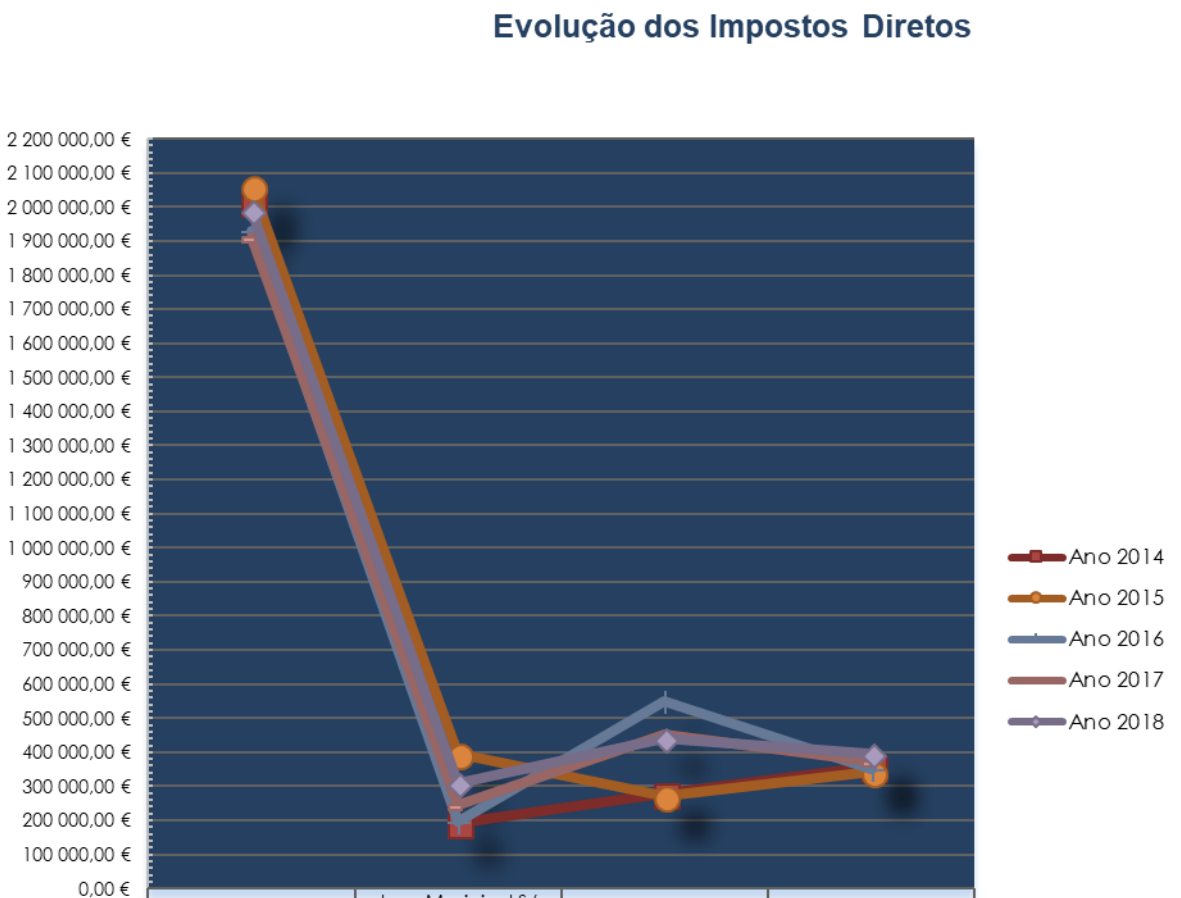


Gráfico n.º 2 – "Os Impostos Diretos cobrados no exercício de 2018".



	Imposto Municipal S/ Imóveis - IMI	Imp. Municipal S/ Trans. Onerosas - IMT	Derrama	Imposto Único de Circulação - IUC
Ano 2014	2017 116,11 €	193 829,96 €	279 710,46 €	356 630,45 €
Ano 2015	2060 937,26 €	396 750,21 €	270 443,30 €	342 564,68 €
Ano 2016	1931 347,88 €	198 052,19 €	550 515,53 €	350 268,91 €
Ano 2017	1910 015,96 €	243 908,27 €	450 898,99 €	374 372,91 €
Ano 2018	1989 146,66 €	307 527,68 €	442 131,12 €	394 550,50 €

Gráfico n.º 3 – “Evolução dos Impostos Diretos no período de 2014 a 2018”.

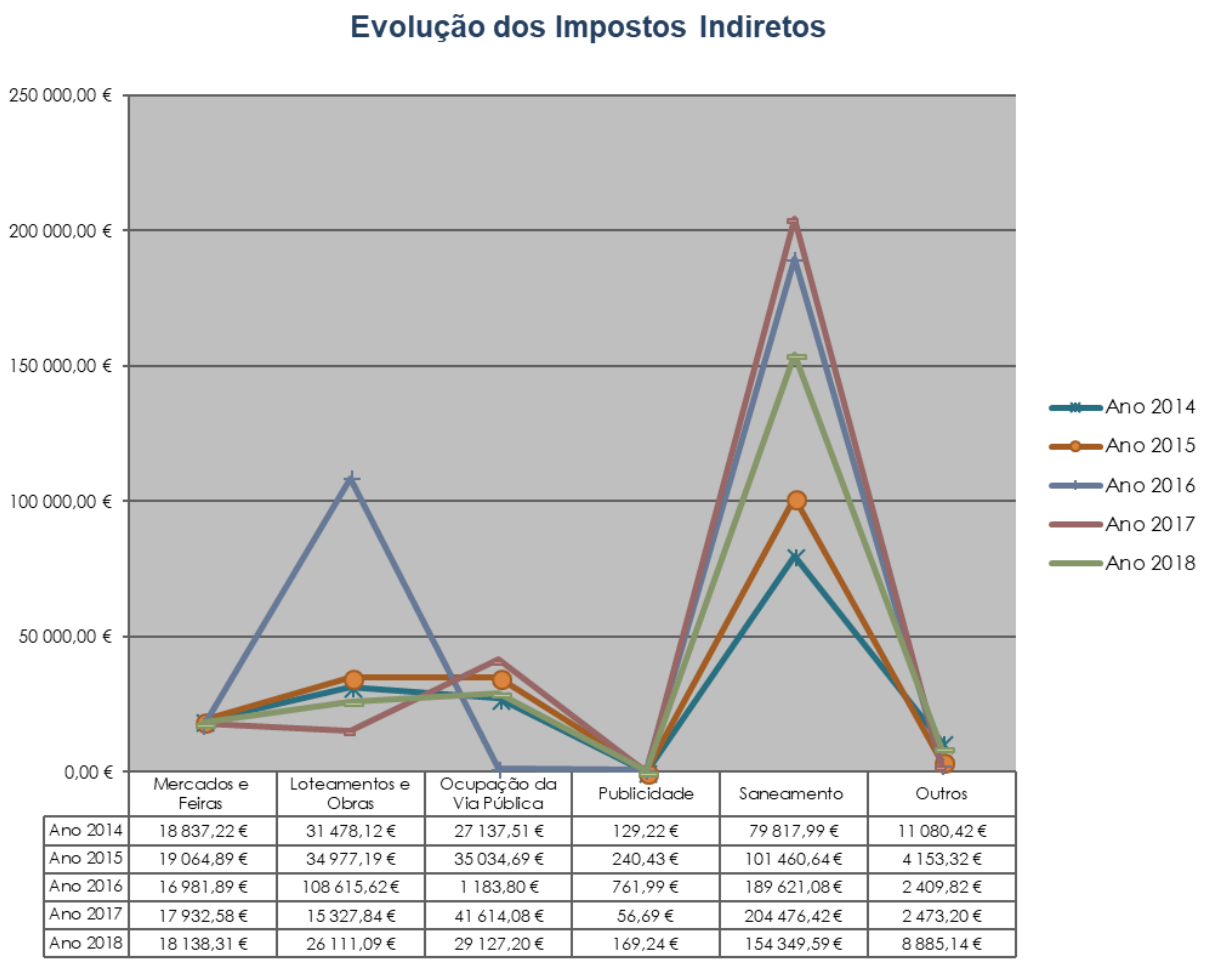
2.1.1.1.2. Os Impostos Indiretos

Em relação aos Impostos Indiretos a tendência de aumento da receita cobrada bruta entre o exercício de 2014 e 2016, foi quebrada de 2016 até 2018, tendo diminuído 11,79% de 2016 para 2017, e diminuído 16,00% de 2017 para o exercício de 2018. Para esta diminuição as rubricas que mais contribuíram foram os Loteamentos e Obras, a Ocupação da Via Pública e , já de 2017 para o 2018 o Saneamento, com um decréscimo de 24,51%.

No período de 2014 a 2018, as rubricas dos Impostos Indiretos evoluíram da seguinte forma:

Impostos Indiretos	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Mercados e Feiras	18 837,22 €	11,18%	19 064,89 €	9,78%	16 981,89 €	5,31%	17 932,58 €	6,36%	18 138,31 €	7,66%
Loteamentos e Obras	31 478,12 €	18,68%	34 977,19 €	17,94%	108 615,62 €	33,99%	15 327,84 €	5,44%	26 111,09 €	11,03%
Ocupação da Via Pública	27 137,51 €	16,11%	35 034,69 €	17,97%	1 183,80 €	0,37%	41 614,08 €	14,76%	29 127,20 €	12,30%
Publicidade	129,22 €	0,08%	240,43 €	0,12%	761,99 €	0,24%	56,69 €	0,02%	169,24 €	0,07%
Saneamento	79 817,99 €	47,38%	101 460,64 €	52,05%	189 621,08 €	59,34%	204 476,42 €	72,54%	154 349,59 €	65,19%
Outros	11 080,42 €	6,58%	4 153,32 €	2,13%	2 409,82 €	0,75%	2 473,20 €	0,88%	8 885,14 €	3,75%
Total:	168 480,48 €	100,00%	194 931,16 €	100,00%	319 574,20 €	100,00%	281 880,81 €	100,00%	236 780,57 €	100,00%

A rubrica Saneamento é a que mais importância tem nos impostos indiretos, tendo no exercício de 2018 registado o valor de 154.349,59€ de receita cobrada líquida.



	Mercados e Feiras	Loteamentos e Obras	Ocupação da Via Pública	Publicidade	Saneamento	Outros
Ano 2014	18 837,22 €	31 478,12 €	27 137,51 €	129,22 €	79 817,99 €	11 080,42 €
Ano 2015	19 064,89 €	34 977,19 €	35 034,69 €	240,43 €	101 460,64 €	4 153,32 €
Ano 2016	16 981,89 €	108 615,62 €	1 183,80 €	761,99 €	189 621,08 €	2 409,82 €
Ano 2017	17 932,58 €	15 327,84 €	41 614,08 €	56,69 €	204 476,42 €	2 473,20 €
Ano 2018	18 138,31 €	26 111,09 €	29 127,20 €	169,24 €	154 349,59 €	8 885,14 €

Gráfico n.º 4 – "Análise aos Impostos Indiretos no período de 2014 a 2018".

Em relação ao peso que cada uma das rubricas tem no cômputo geral do valor dos Impostos Indiretos, em cada um dos exercícios em análise, é a seguinte:

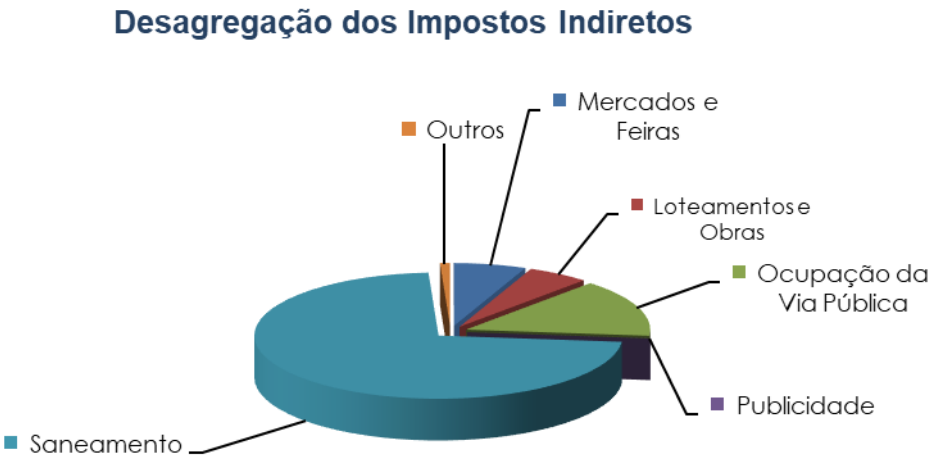


Gráfico n.º 5 – "Repartição dos Impostos Indiretos cobrados no exercício de 2018".

2.1.1.1.3. As Taxas, Multas e Outras Penalidades

As Taxas têm vindo a registar incrementos sucessivos do exercício de 2014, 2015 e 2017, no entanto, de 2017 para 2018, verificou-se um decréscimo na receita de 9.686,24€, representado um decréscimo de 1,87% na receita cobrada líquida.

Taxas	2014	%	2015	%	2016		2017	%	2018	%
Mercados e Feiras	21 474,93 €	4,60%	20 645,30 €	3,70%	20 780,26 €	4,20%	21 482,31 €	4,15%	20 841,18 €	4,10%
Loteamentos e Obras	33 120,79 €	7,09%	39 433,84 €	7,07%	44 427,93 €	8,98%	60 057,59 €	11,59%	45 205,37 €	8,89%
Ocupação da Via Pública	1 590,24 €	0,34%	3 444,80 €	0,62%	5 010,17 €	1,01%	6 857,80 €	1,32%	4 455,71 €	0,88%
Caça, Uso e Porte de Arma	24 288,92 €	5,20%	20 352,59 €	3,65%	14 705,50 €	2,97%	5 857,00 €	1,13%	13 627,50 €	2,68%
Saneamento	378 568,10 €	81,03%	466 626,75 €	83,67%	403 026,35 €	81,44%	417 323,44 €	80,55%	417 251,29 €	82,07%
TDFTH - Taxa de Dep. Ficha de Habi	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Taxa da Emissão Certificado de Re	135,00 €	0,03%	232,50 €	0,04%	277,79 €	0,06%	310,68 €	0,06%	452,83 €	0,09%
Outras	7 988,35 €	1,71%	6 961,90 €	1,25%	6 626,80 €	1,34%	6 199,85 €	1,20%	6 568,55 €	1,29%
Total:	**467 166,33 €**	**100,00%**	**557 697,68 €**	**100,00%**	**494 854,80 €**	**100,00%**	**518 088,67 €**	**100,00%**	**508 402,43 €**	**100,00%**

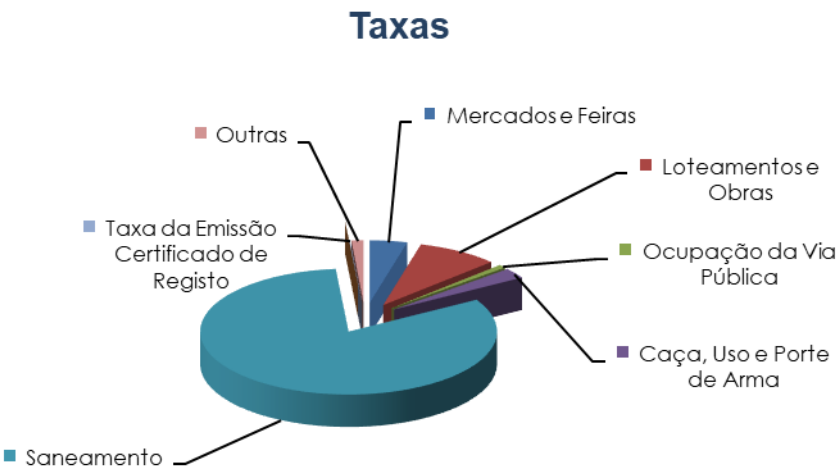
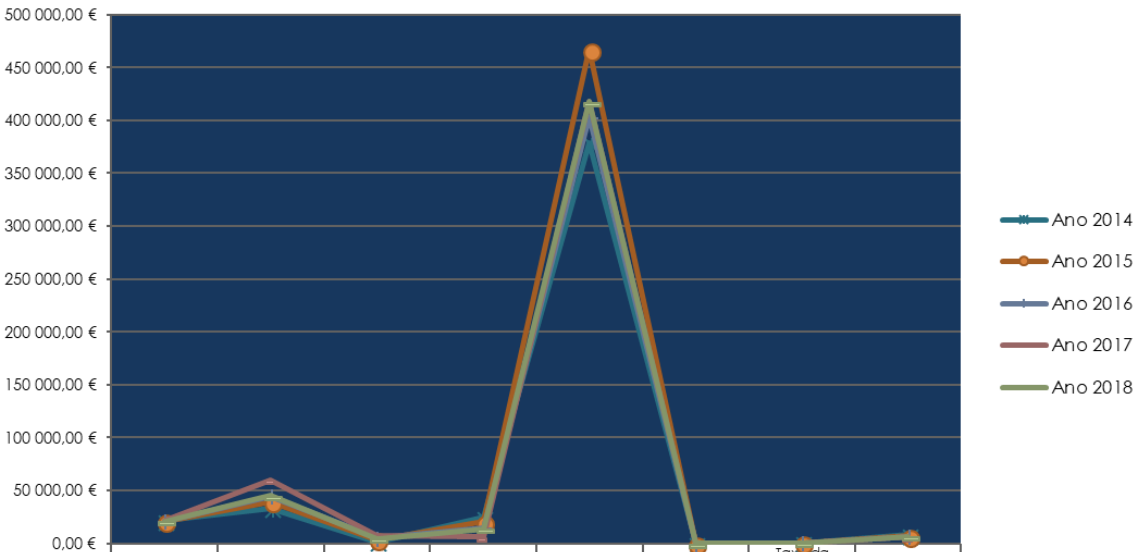


Gráfico n.º 6 – "Valores das Taxas no exercício de 2018".

No exercício de 2018, a execução da rubrica de Saneamento ficou praticamente ao mesmo nível que o valor cobrado em 2017. O Saneamento representa 82,07% da receita cobrada em Taxas.



	Mercados e Feiras	Loteamentos e Obras	Ocupação da Via Pública	Caça, Uso e Porte de Arma	Saneamento	TDFTH - Taxa de Dep. Ficha de Habitação	Taxa da Emissão Certificado de Registo	Outras
Ano 2014	21 474,93 €	33 120,79 €	1 590,24 €	24 288,92 €	378 568,10 €	0,00 €	135,00 €	7 988,35 €
Ano 2015	20 645,30 €	39 433,84 €	3 444,80 €	20 352,59 €	466 626,75 €	0,00 €	232,50 €	6 961,90 €
Ano 2016	20 780,26 €	44 427,93 €	5 010,17 €	14 705,50 €	403 026,35 €	0,00 €	277,79 €	6 626,80 €
Ano 2017	21 482,31 €	60 057,59 €	6 857,80 €	5 857,00 €	417 323,44 €	0,00 €	310,68 €	6 199,85 €
Ano 2018	20 841,18 €	45 205,37 €	4 455,71 €	13 627,50 €	417 251,29 €	0,00 €	452,83 €	6 568,55 €

Gráfico n.º 7 – "Evolução das Taxas Cobradas de 2014 a 2018".

Do grupo em análise ainda fazem parte as "Multas e Outras Penalidades" onde são inseridas as receitas provenientes do não cumprimento da Lei, Posturas e Outros Regulamentos.

Multas e Outras Penalidades	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Juros de Mora	13 474,10 €	65,93%	19 869,37 €	52,11%	15 956,34 €	44,02%	111 252,92 €	88,38%	5 226,77 €	23,62%
Juros Compensatórios	5 022,98 €	24,58%	1 343,05 €	3,52%	778,89 €	2,15%	1 413,72 €	1,12%	2 011,01 €	9,09%
Coimas e Outras Penalidades	1 706,70 €	8,35%	1 441,09 €	3,78%	3 891,21 €	10,74%	2 228,54 €	1,77%	3 212,67 €	14,52%
Taxas de Relaxe	234,01 €	1,14%	15 478,72 €	40,59%	15 621,24 €	43,10%	10 990,83 €	8,73%	11 680,19 €	52,78%
Total:	20 437,79 €	100,00%	38 132,23 €	100,00%	36 247,68 €	100,00%	125 886,01 €	100,00%	22 130,64 €	100,00%

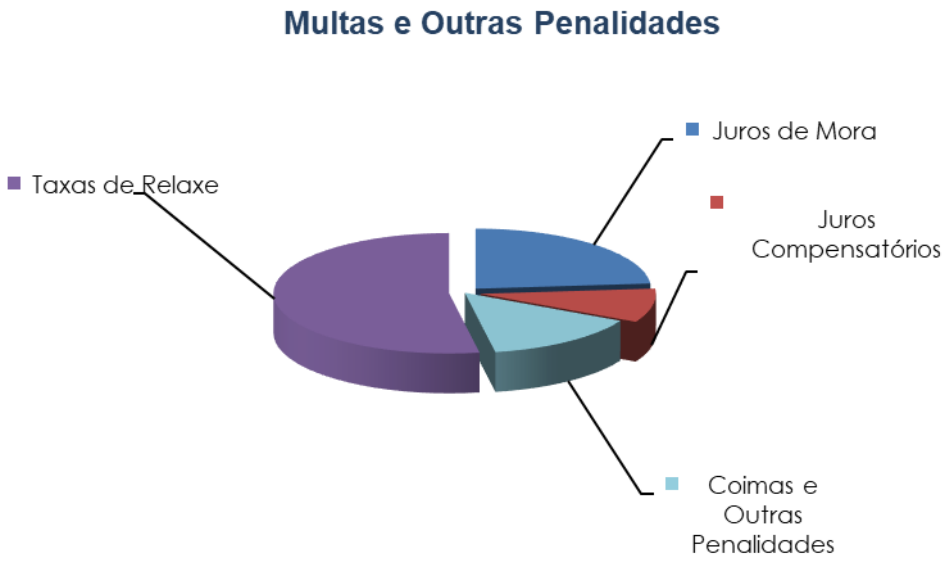
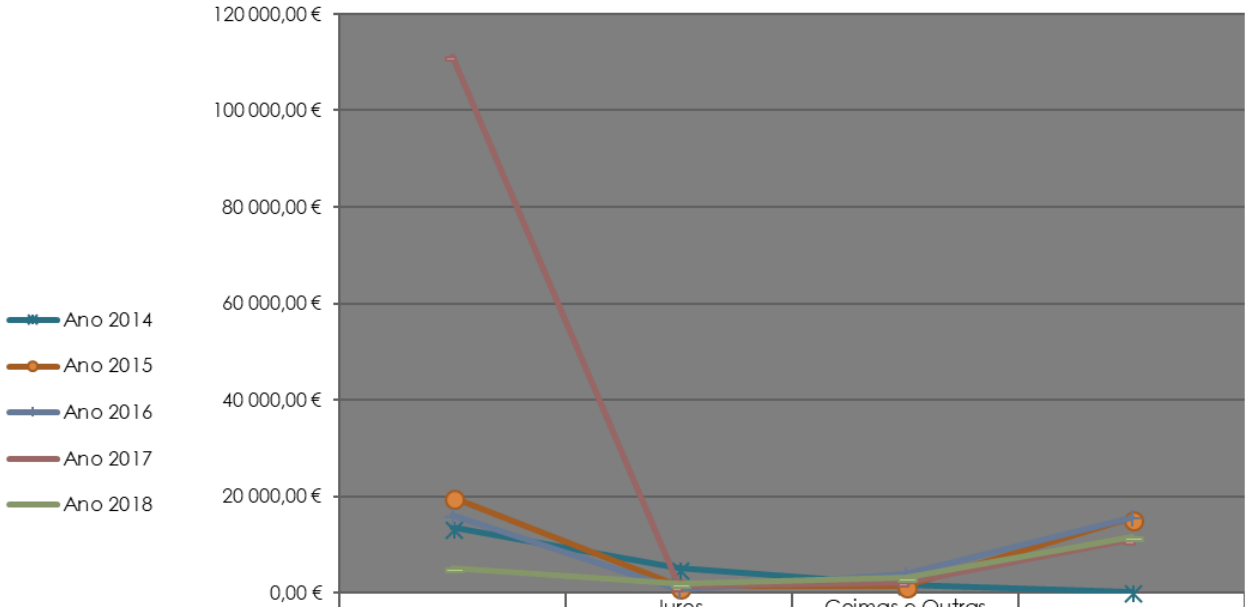


Gráfico n.º 8 – "Valores Cobrados, no exercício de 2018, de Multas e Outras Penalidades".

As "Multas e Outras Penalidades" no exercício de 2018 voltou a registar valores aproximados aos registados nos anos de 2014, 2015 e 2016. No exercício de 2017, o valor registado da receita de 125.886,01€, foi uma exceção devido ao pagamento de juros de mora por parte da Autoridade Tributária respeitantes a importâncias arrecadas e que nunca tinham sido entregues ao Município, sendo este o beneficiário desses montantes.



	Juros de Mora	Juros Compensatórios	Coimas e Outras Penalidades	Taxas de Relaxe
Ano 2014	13 474,10 €	5 022,98 €	1 706,70 €	234,01 €
Ano 2015	19 869,37 €	1 343,05 €	1 441,09 €	15 478,72 €
Ano 2016	15 956,34 €	778,89 €	3 891,21 €	15 621,24 €
Ano 2017	111 252,92 €	1 413,72 €	2 228,54 €	10 990,83 €
Ano 2018	5 226,77 €	2 011,01 €	3 212,67 €	11 680,19 €

Gráfico n.º 9 – "Receita obtida de Multas e Outras Penalidades, de 2014 a 2018"

2.1.1.1.4. Os Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), registaram uma diminuição de 1,30% do exercício de 2017 para 2018, à semelhança do que já vinha a acontecer desde o exercício de 2015. A rubrica Rendas associada aos rendimentos de concessão da distribuição em baixa tensão à EDP tem um peso relevante nos Rendimentos de Propriedade de 99,37% e, nas Receitas Correntes no seu todo representando 4,20% destas Receitas.

Rendimentos de Propriedade	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Juros - Sociedades Financeiras	13 114,21 €	2,35%	12 299,35 €	2,14%	1 748,33 €	0,33%	1 318,13 €	0,25%	481,13 €	0,09%
Divid. Partici. Lucros Socied. Quase-soc N. Finc.	38 208,16 €	6,84%	59 826,41 €	10,40%	30 449,61 €	5,73%	13 509,95 €	2,61%	2 738,68 €	0,54%
Rendas	507 143,30 €	90,81%	503 275,58 €	87,47%	499 044,04 €	93,94%	502 349,37 €	97,13%	507 240,56 €	99,37%
Total:	**558 465,67 €**	**100,00%**	**575 401,34 €**	**100,00%**	**531 241,98 €**	**100,00%**	**517 177,45 €**	**100,00%**	**510 460,37 €**	**100,00%**

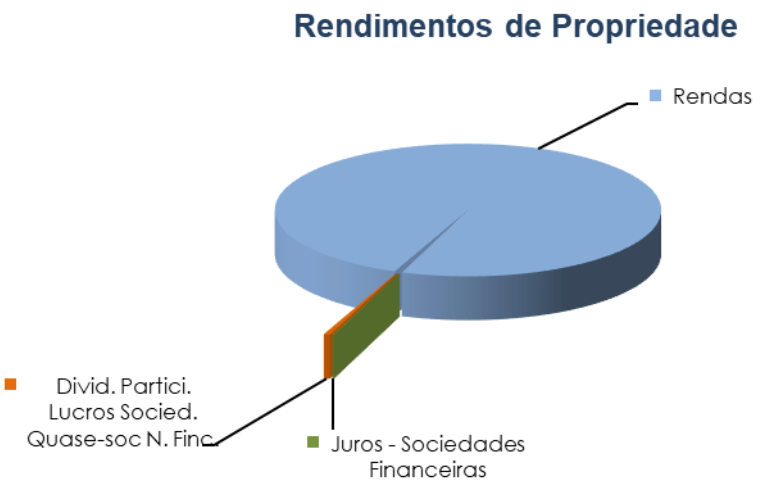


Gráfico n.º 10 – "Os Rendimentos de Propriedade cobrados em 2018".

A estrutura dos Rendimentos de Propriedade ao longo dos exercícios é muito semelhante, sendo sempre as Rendas a terem uma expressividade acima dos 90,00%, no valor total da receita bruta cobrada nesta rubrica desde 2016 a 2018.

2.1.1.1.5. O Valor das Transferências Correntes Obtidas

As Transferências Correntes, no exercício de 2018, em relação ao período homólogo, aumentaram 339.470,51€, isto é, houve um incremento da receita de 6,69%. Este acréscimo ficou a dever-se ao aumento das Outras Receitas, as quais registaram um acréscimo de 52,02%, face ao exercício de 2017.

Transferências Correntes	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Administrações Privadas	411 380,28 €	8,15%	357 450,81 €	7,23%	395 458,13 €	7,63%	366 787,42 €	7,23%	347 395,14 €	6,42%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 201 820,00 €	63,40%	3 245 368,00 €	65,63%	3 300 030,00 €	63,70%	3 450 441,00 €	68,06%	3 493 375,00 €	64,58%
Fundo Social Municipal	283 139,00 €	5,61%	318 074,00 €	6,43%	318 074,00 €	6,14%	318 074,00 €	6,27%	318 074,00 €	5,88%
Participação Fixa no IRS	383 775,00 €	7,60%	546 614,00 €	11,05%	540 743,00 €	10,44%	403 072,00 €	7,95%	420 777,00 €	7,78%
Outras	745 756,67 €	14,77%	461 671,95 €	9,34%	610 434,00 €	11,78%	507 683,55 €	10,01%	771 757,07 €	14,27%
Estado - P. Comunitária Projetos Co - Financiados	23 935,45 €	0,47%	6 046,69 €	0,12%	5 461,15 €	0,11%	23 772,52 €	0,47%	17 922,79 €	0,33%
Administração Local	0,00 €	0,00%	10 000,00 €	0,20%	10 000,00 €	0,19%	0,00 €	0,00%	40 000,00 €	0,74%
Instituições Sem Fins Lucrativos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Famílias	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total:	**5 049 806,40 €**	**100,00%**	**4 945 225,45 €**	**100,00%**	**5 180 200,28 €**	**100,00%**	**5 069 830,49 €**	**100,00%**	**5 409 301,00 €**	**100,00%**

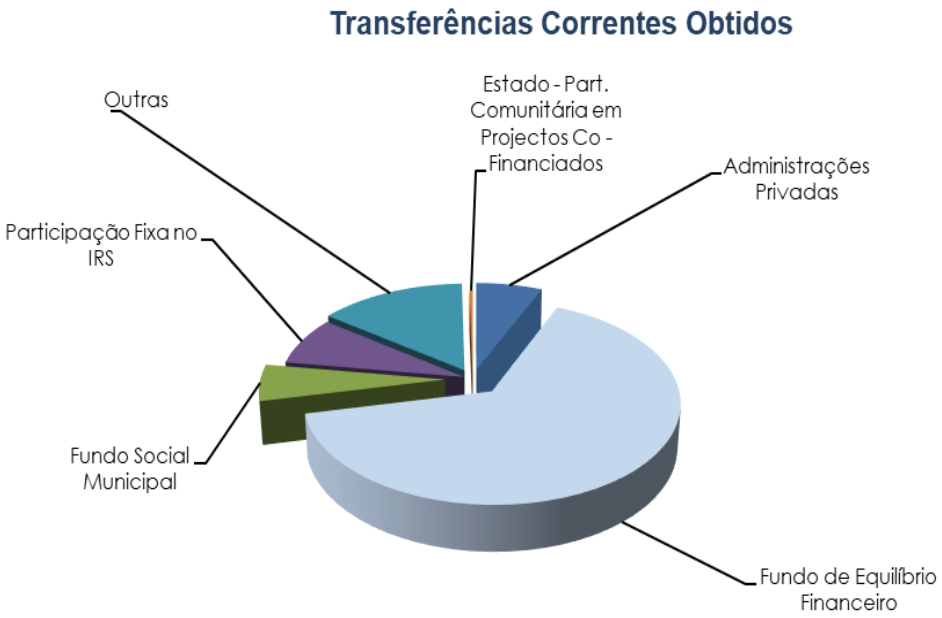
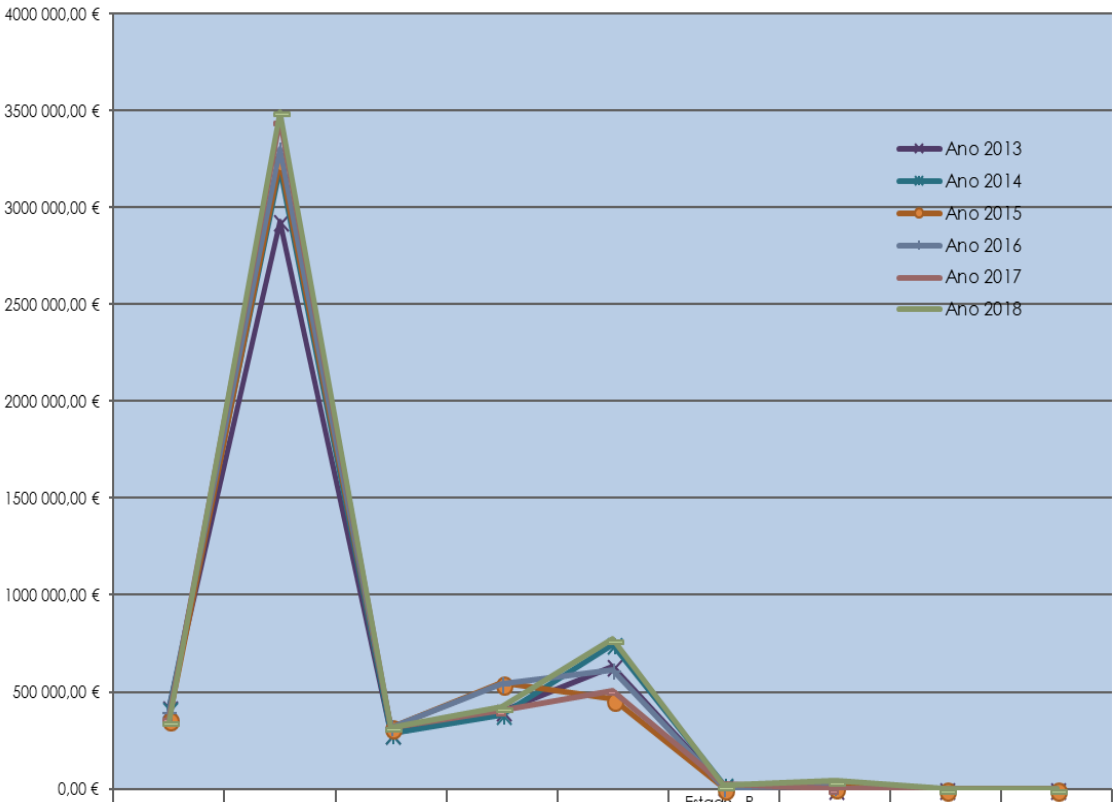


Gráfico n.º 11 – "Valor das Transferências Correntes Obtidas, em 2018".

No período em análise, o Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente registou um aumento de 4,56% entre 2016 e 2017, tendo continuado a aumentar, mas agora de numa proporção mais reduzida, de 1,24% O Fundo Social Municipal, que são receitas consignadas para as despesas com a educação nos Municípios, de 2015 a 2018, tem tido o seu valor inalterado de 318.074,00€.



	Administrações Privadas	Fundo de Equilíbrio Financeiro	Fundo Social Municipal	Participação Fixa no IRS	Outras	Estado - P. Comunitária Projetos Co - Financiados	Administração Local	Instituições Sem Fins Lucrativos	Famílias
Ano 2013	421 872,89 €	2928 283,00 €	283 139,00 €	400 444,00 €	631 768,93 €	14 209,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ano 2014	411 380,28 €	3201 820,00 €	283 139,00 €	383 775,00 €	745 756,67 €	23 935,45 €			
Ano 2015	357 450,81 €	3245 368,00 €	318 074,00 €	546 614,00 €	461 671,95 €	6 046,69 €	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €
Ano 2016	395 458,13 €	3300 030,00 €	318 074,00 €	540 743,00 €	610 434,00 €	5 461,15 €	10 000,00 €		
Ano 2017	366 787,42 €	3450 441,00 €	318 074,00 €	403 072,00 €	507 683,55 €	23 772,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ano 2018	347 395,14 €	3493 375,00 €	318 074,00 €	420 777,00 €	771 757,07 €	17 922,79 €	40 000,00 €	0,00 €	0,00 €

Gráfico n.º 12 – "Evolução das Transferências Obtidas nos períodos de 2014 a 2018".

2.1.1.1.6. As Vendas de Bens e Serviços Correntes

As Vendas de Bens, os Serviços, os Serviços Específicos das Autarquias Locais e as Rendas são subgrupos que fazem parte das Vendas de Bens e Serviços Correntes.

A receita bruta cobrada destes subgrupos, no período mediado de 2014 a 2018, foi a seguinte:

Venda de Bens e Serviços Correntes	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Venda de Bens:										
Água	1 061 167,46 €	50,64%	1 198 835,99 €	54,09%	1 208 020,36 €	55,02%	1 265 853,48 €	55,86%	1 162 023,66 €	54,53%
Venda de Artesanato, Livros, Postais e Gravuras	527,20 €	0,03%	537,20 €	0,02%	660,25 €	0,03%	420,50 €	0,02%	593,50 €	0,03%
Serviços:										
Aluguer e Espaços e Equipamentos	723,00 €	0,03%	3 424,00 €	0,15%	4 932,00 €	0,22%	1 975,00 €	0,09%	12 686,00 €	0,60%
Serviços Sociais	177 895,63 €	8,49%	129 107,72 €	5,83%	128 519,44 €	5,85%	129 189,25 €	5,70%	129 017,41 €	6,05%
Serviços Culturais	2 750,56 €	0,13%	216,00 €	0,01%	3 057,00 €	0,14%	5 648,00 €	0,25%	710,00 €	0,03%
Serviços Desportivos	144 882,53 €	6,91%	146 565,84 €	6,61%	122 284,87 €	5,57%	136 827,61 €	6,04%	139 934,33 €	6,57%
Serviços Específicos das Autarquias Locais:										
Saneamento	2 160,00 €	0,10%	420,00 €	0,02%	420,00 €	0,02%	1 020,00 €	0,05%	660,00 €	0,03%
Resíduos Sólidos	498 044,60 €	23,77%	554 533,52 €	25,02%	558 857,97 €	25,45%	566 037,65 €	24,98%	544 331,80 €	25,54%
Transp. Colectivos de Pessoas e Mercadorias	117 051,69 €	5,59%	84 843,44 €	3,83%	77 476,09 €	3,53%	65 744,55 €	2,90%	45 036,83 €	2,11%
Trabalhos por Conta de Particulares	31 112,03 €	1,48%	22 347,86 €	1,01%	19 902,19 €	0,91%	21 340,58 €	0,94%	19 983,49 €	0,94%
Cemitérios	11 134,68 €	0,53%	10 918,00 €	0,49%	10 182,00 €	0,46%	9 542,00 €	0,42%	11 766,55 €	0,55%
Mercados e Feiras	2 583,00 €	0,12%	8 206,68 €	0,37%	7 991,43 €	0,36%	8 206,68 €	0,36%	8 206,68 €	0,39%
Parques de Estacionamento	2 203,64 €	0,11%	2 088,42 €	0,09%	1 840,58 €	0,08%	3 943,82 €	0,17%	7 383,81 €	0,35%
Outros	34 158,45 €	1,63%	32 903,41 €	1,48%	33 115,93 €	1,51%	32 076,57 €	1,42%	33 051,52 €	1,55%
Rendas:										
Rendas	9 210,48 €	0,44%	21 303,48 €	0,96%	18 408,48 €	0,84%	18 287,48 €	0,81%	15 754,48 €	0,74%
Total:	**2 095 604,95 €**	**100,00%**	**2 216 251,56 €**	**100,00%**	**2 195 668,59 €**	**100,00%**	**2 266 113,17 €**	**100,00%**	**2 131 140,06 €**	**100,00%**

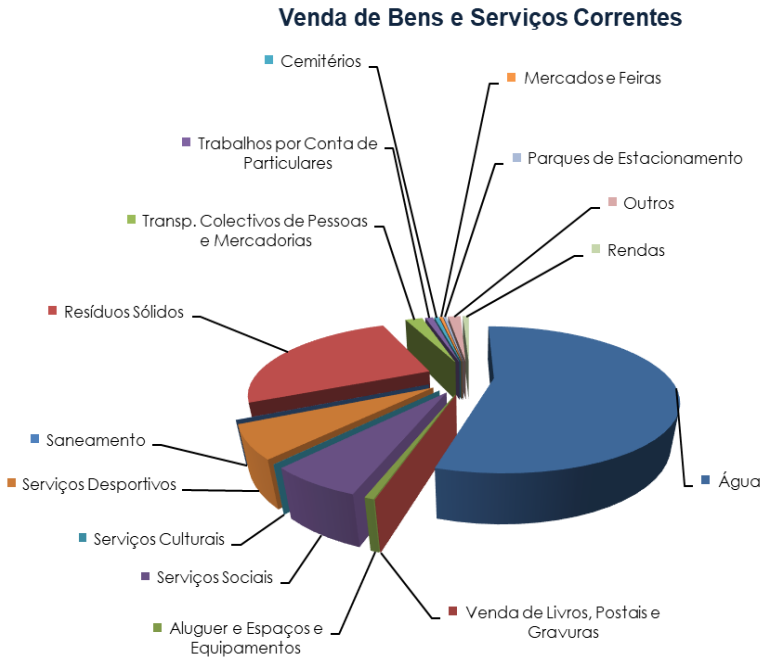


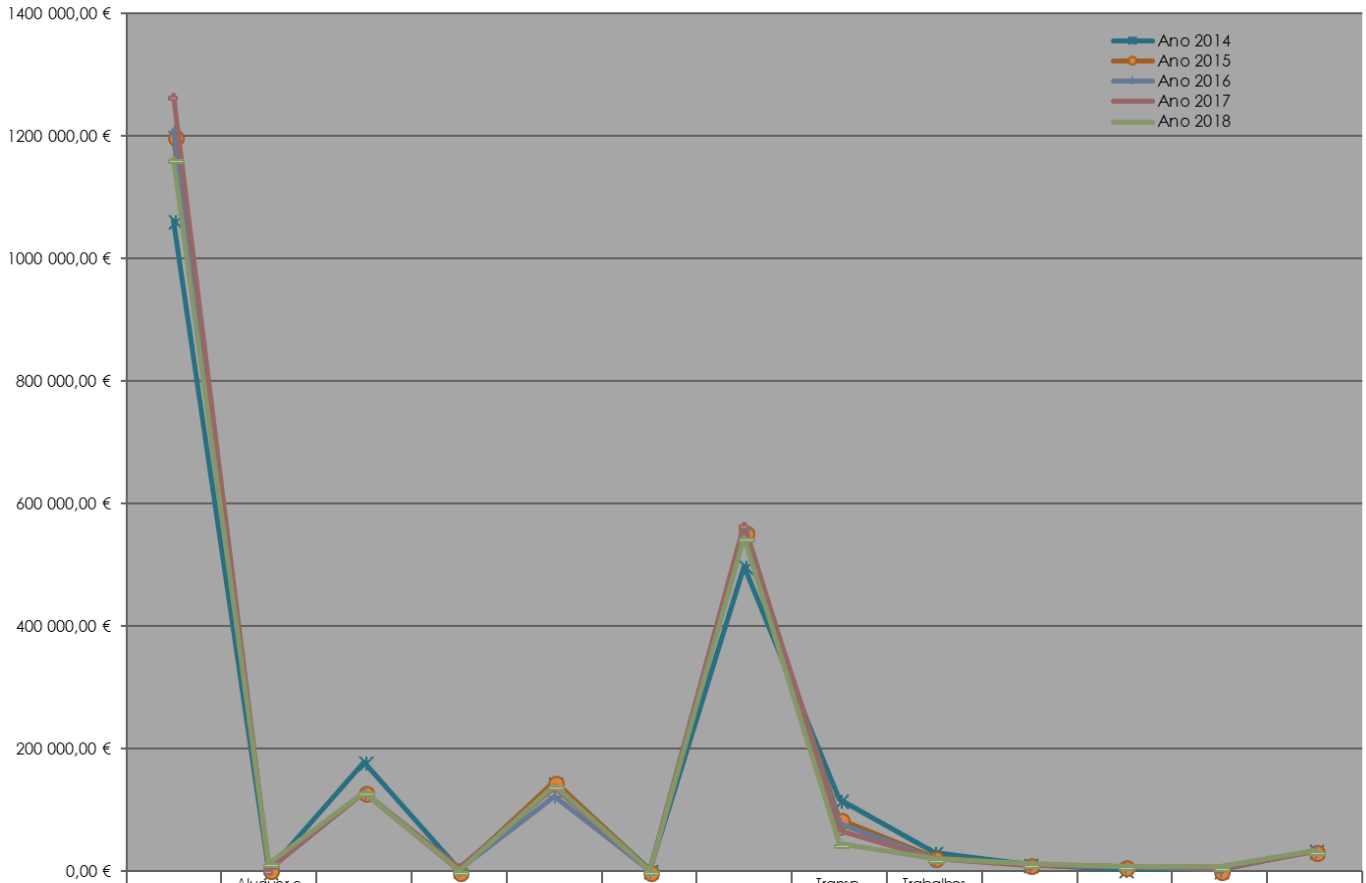
Gráfico n.º 13 – "Os Valores das Vendas de Bens e Serviços Correntes, no ano de 2018".

Em relação ao valor total da receita obtida, do exercício de 2017 para o de 2018, houve um decréscimo na receita cobrada de 134.973,16€, isto é, uma diminuição de 5,96%.

Comparando o exercício de 2018 com o período homólogo anterior, ao nível da Venda de Água a receita cobrada bruta diminuiu 8,20%, representando um decréscimo de receita de 103.829,82€.

Os Resíduos Sólidos, o Transporte de Bombeiros e os Transportes Escolares, no exercício de 2018, registaram um decréscimo na receita cobrada de 42.413,57€.

Na estrutura da Venda de Bens e Serviços correntes continua a ser a Venda de Água a ter maior expressividade no valor total cobrado com aproximadamente 54,53%.



	Água	Aluguer e Espaços e Equipamentos	Serviços Sociais	Serviços Culturais	Serviços Desportivos	Saneamento	Resíduos Sólidos	Transp. Colectivos de Pessoas e Mercadorias	Trabalhos por Conta de Particulares	Cemitérios	Mercados e Feiras	Parques de Estacionamento	Outros
Ano 2014	1061 167,46	723,00 €	177 895,63 €	2 750,56 €	144 882,53 €	2 160,00 €	498 044,60 €	117 051,69 €	31 112,03 €	11 134,68 €	2 583,00 €	2 203,64 €	34 158,45 €
Ano 2015	1 198 835,99	3 424,00	129 107,72	216,00	146 565,84	420,00	554 533,52	84 843,44	22 347,86	10 918,00	8 206,68	2 088,42	32 903,41
Ano 2016	1 208 020,36	4 932,00	128 519,44	3 057,00	122 284,87	420,00	558 857,97	77 476,09	19 902,19	10 182,00	7 991,43	1 840,58	33 115,93
Ano 2017	1265 853,48	1 975,00 €	129 189,25 €	5 648,00 €	136 827,61 €	1 020,00 €	566 037,65 €	65 744,55 €	21 340,58 €	9 542,00 €	8 206,68 €	3 943,82 €	32 076,57 €
Ano 2018	1162 023,66	12 686,00 €	129 017,41 €	710,00 €	139 934,33 €	660,00 €	544 331,80 €	45 036,83 €	19 983,49 €	11 766,55 €	8 206,68 €	7 383,81 €	33 051,52 €

Gráfico n.º 14 – "Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes no período de 2014 a 2018".

2.1.1.1.7. As Outras Receitas

As receitas que têm um carácter casual e que pela sua natureza não podem ser inseridas nos capítulos anteriormente mencionados são designadas por Outras Receitas. Algumas destas receitas são as Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, as Indemnizações por estragos provocados por outrem em viaturas ou bens pertencentes ao município, os Reembolsos do Imposto de Valor Acrescentado, entre outras.

Outras Receitas	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Indem. Por Deterioração, Roubo e Extravio de Bens Patrimoniais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	478,91 €	0,59%	150,98 €	0,09%
Indem. Estragos Provocados Outrém em Viaturas e Outro Equipamento	1 214,33 €	2,35%	157,24 €	0,14%	2 809,30 €	5,59%	691,21 €	0,86%	1 252,78 €	0,71%
IVA Reembolsado	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	60 000,00 €	34,09%
Diversas Receitas - Outras	50 527,39 €	97,65%	112 534,18 €	99,86%	47 406,50 €	94,41%	79 456,79 €	98,55%	114 576,61 €	65,11%
Total:	51 741,72 €	100,00%	112 691,42 €	100,00%	50 215,80 €	100,00%	80 626,91 €	100,00%	175 980,37 €	100,00%

Gráfico n.º 15 – "Repartição do Capítulo Outras Receitas no exercício de 2018".

As Outras Receitas, do exercício de 2017 para o de 2018, registaram um crescimento de 118,27%, representando em valor um incremento de 95.353,46€. No computo geral, este crescimento ficou a dever-se ao recebimento do pedido de reembolso do IVA, resultante do Apuramento Normal de IVA, efetuado pela Autoridade Tributária no valor de 60.000,00€, ao recebimento do Donativo de 45.000,00€ efetuado pela Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã, para o Município poder adquirir uma ambulância para o Quartel dos Bombeiros. Outra da receita que contribui para o aumento desta rubrica, foi o recebimento da Restituição de IVA das despesas suportadas pelo Município com equipamentos, viaturas e fardamento para os Bombeiros Municipais, o qual o Município suportou e que a lei prevê que possa ser pedida a restituição à Autoridade Tributária.

2.1.1.2. As Receitas de Capital Brutas

Em relação às Receitas de Capital, do exercício de 2017 para o exercício de 2018, houve um aumento da receita na ordem dos 6,22%, representando um acréscimo de 80.831,72€.

A rubrica Terrenos registou um aumento de 202.725,25€, justificado pela venda de um terreno que pertencia ao Município. Em relação aos Contratos Programas, no exercício de 2018 registou o valor de 98.494,25€, no entanto, no exercício anterior a receita cobrada havia sido 0,00€.

As Participações Comunitárias de 2017 para 2018, registou uma diminuição da receita de 27,07%, que se traduziu numa diminuição de receita de 246.496,30€.

Receitas de Capital	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Venda de Bens de Investimento	**91 503,00**	**2,77%**	**1 654,25**	**0,14%**	**8 511,00**	**0,41%**	**3 927,75**	**0,30%**	**228 816,00**	**16,59%**
Terrenos	1 451,50 €	0,04%	1 181,25 €	0,10%	6 525,00 €	0,31%	3 827,75 €	0,29%	206 553,00 €	14,97%
Edifícios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Equipamento de Transporte	87 899,00 €	2,66%	473,00 €	0,04%	0,00 €	0,00%	100,00 €	0,01%	6 273,00 €	0,45%
Maquinaria e Equipamento	2 152,50 €	0,07%	0,00 €	0,00%	1 986,00 €	0,10%	0,00 €	0,00%	15 990,00 €	1,16%
Outros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Transferências de Capital	**2 774 266,71**	**83,96%**	**1 134 686,19**	**96,60%**	**2 063 258,15**	**99,59%**	**1 293 946,49**	**99,63%**	**1 150 715,44**	**83,41%**
Empresas Públicas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Empresas Privadas	1 200 000,00 €	36,32%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Fundo de Equílibrio Financeiro	355 758,00 €	10,77%	360 596,00 €	30,70%	366 670,00 €	17,70%	383 382,00 €	29,52%	388 153,00 €	28,14%
Contratos Programa	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	324 270,03 €	15,65%	0,00 €	0,00%	98 494,25 €	7,14%
Outros	51 842,15 €	1,57%	0,00 €	0,00%	27 338,18 €	1,32%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Participações Comunitárias	1 166 666,56 €	35,31%	774 090,19 €	65,90%	1 344 979,94 €	64,92%	910 564,49 €	70,11%	664 068,19 €	48,14%
Administração Local	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Famílias	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Ativos Financeiros	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**825,48**	**0,06%**	**0,00**	**0,00%**
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	825,48 €	0,06%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	**438 306,52**	**13,27%**	**38 333,34**	**3,26%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**
Empréstimos a Curto Prazo	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	438 306,52 €	13,27%	38 333,34 €	3,26%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total:	**3 304 076,23 €**	**100,00%**	**1 174 673,78 €**	**100,00%**	**2 071 769,15 €**	**100,00%**	**1 298 699,72 €**	**100,00%**	**1 379 531,44 €**	**100,00%**

As Vendas de Bens de Investimento consideram-se receitas com carácter extraordinário e nas quais se incluem os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou na construção tenham sido classificados como investimento.

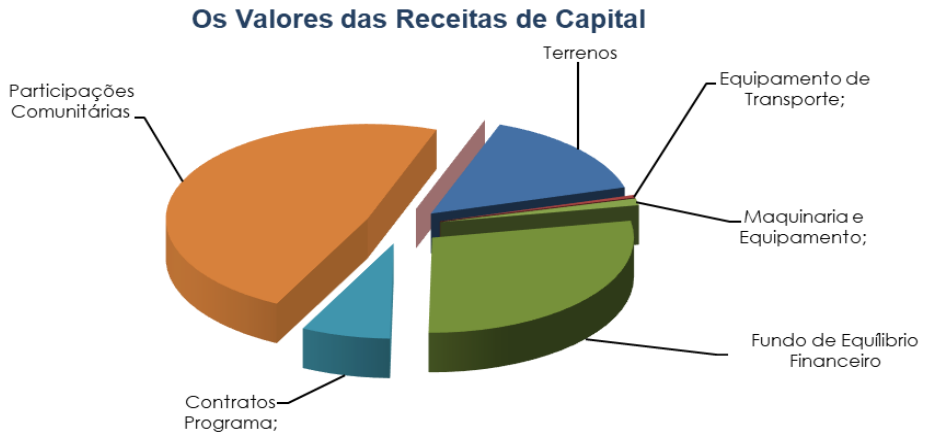
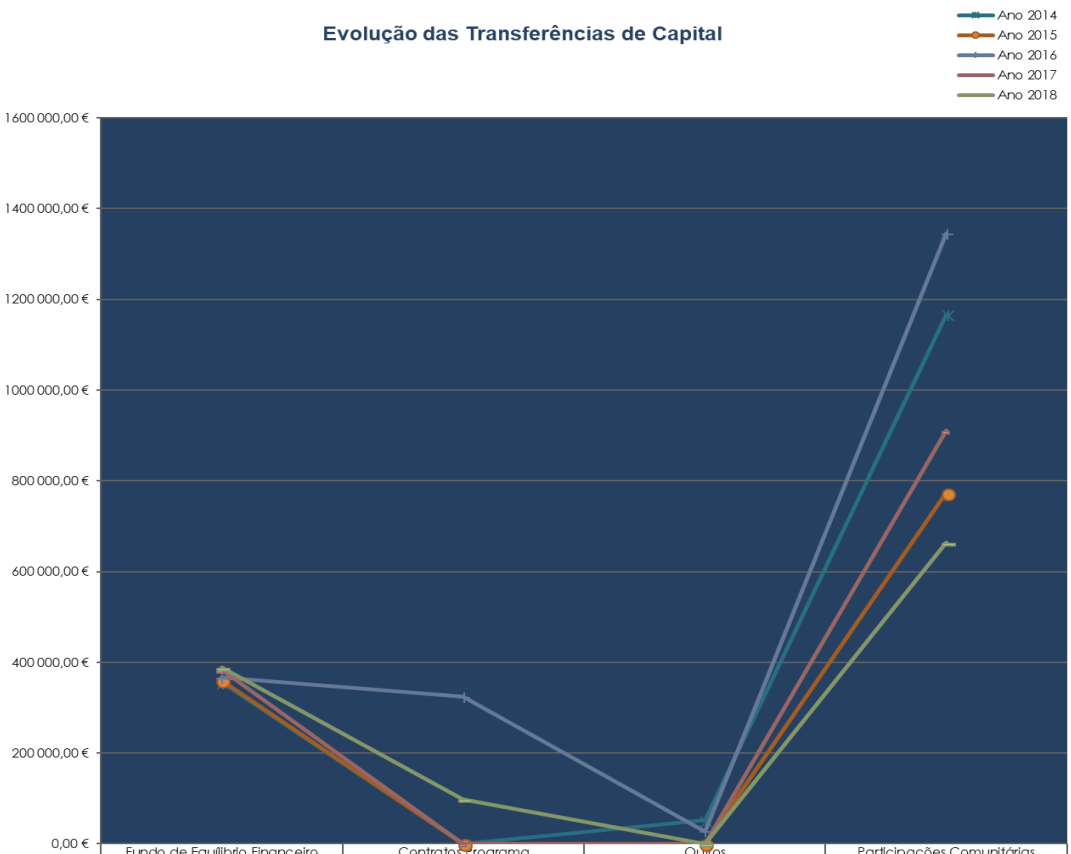


Gráfico n.º 16 – "As Receitas de Capital obtidas em 2018".

Em relação ao Fundo de Equilíbrio Financeiro da componente Capital, no período em análise a receita aumentou, cerca de 1,24% o que significou um aumento de 4.771,00€



	Fundo de Equilíbrio Financeiro	Contratos Programa	Outros	Participações Comunitárias
Ano 2014	355 758,00 €	0,00 €	51 842,15 €	1166 666,56 €
Ano 2015	360 596,00 €	0,00 €	0,00 €	774 090,19 €
Ano 2016	366 670,00 €	324 270,03 €	27 338,18 €	1344 979,94 €
Ano 2017	383 382,00 €	0,00 €	0,00 €	910 564,49 €
Ano 2018	388 153,00 €	98 494,25 €	0,00 €	664 068,19 €

Gráfico n.º 17 – "Evolução do Capítulo Transferências de Capital".

Receitas Próprias	2014	2015	2016	2017	2018	var.2014/2018
	6 300 686,92 €	6 767 445,54 €	6 666 498,56 €	6 772 896,90 €	6 947 066,40 €	646 379,48 €
Impostos Diretos	2 847 286,98 €	3 070 695,45 €	3 030 184,51 €	2 979 196,13 €	3 133 355,96 €	286 068,98 €
IMI	2 017 116,11 €	2 060 937,26 €	1 931 347,88 €	1 910 015,96 €	1 989 146,66 €	-27 969,45 €
IMT	193 829,96 €	396 750,21 €	198 052,19 €	243 908,27 €	307 527,68 €	113 697,72 €
Derrama	279 710,46 €	270 443,30 €	550 515,53 €	450 898,99 €	442 131,12 €	162 420,66 €
IUC	356 630,45 €	342 564,68 €	350 268,91 €	374 372,91 €	394 550,50 €	37 920,05 €
Impostos Indiretos	168 480,48 €	194 921,61 €	319 574,20 €	281 880,81 €	236 780,57 €	68 300,09 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	487 604,12 €	595 829,91 €	531 102,48 €	643 974,68 €	530 533,07 €	42 928,95 €
Rendimentos de Propriedade	558 465,67 €	575 401,34 €	531 241,98 €	517 177,45 €	510 460,37 €	-48 005,30 €
V. De Bens e Serviços Correntes	2 095 604,95 €	2 216 251,56 €	2 195 668,59 €	2 266 113,17 €	2 131 140,06 €	35 535,11 €
Outras Receitas Correntes	51 741,72 €	112 691,42 €	50 215,80 €	80 626,91 €	175 980,37 €	124 238,65 €
Venda de Bens de Investimento	91 503,00 €	1 654,25 €	8 511,00 €	3 927,75 €	228 816,00 €	137 313,00 €

Se fizermos uma análise às receitas próprias do Município desde 2014 até ao período em análise, verificamos que a autonomia financeira tem vindo a aumentar representando em 2018, cerca de 51,28% das receitas totais.

2.1.2. Orçamento da Despesa

2.1.2.1. Repartição da Despesa Por Classificação Orgânica

A despesa das diversas Orgânicas do Município pode ser analisada tendo em conta a despesa paga e a despesa faturada.

Em relação à despesa paga a distribuição pelas orgânicas é a seguinte:

ORG.	DESCRIÇÃO	CORRENTE PAGA	CAPITAL PAGA	TOTAL	%
0101	Assembleia Municipal	11 229,43 €	0,00 €	11 229,43 €	0,08%
0102	Câmara Municipal	11 199 505,33 €	1 660 139,24 €	12 859 644,57 €	95,02%
0103	Operações Financeiras	29 910,60 €	632 741,99 €	662 652,59 €	4,90%
	TOTAL:	**11 240 645,36**	**2 292 881,23**	**13 533 526,59**	**100,00%**

Em relação à despesa faturada no exercício de 2018, a distribuição da mesma pelas diferentes orgânicas foi a seguinte:

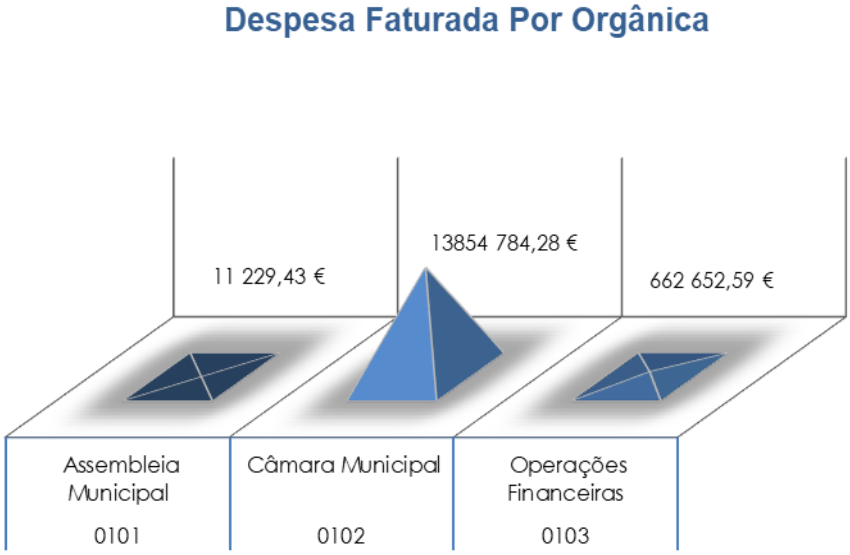


Gráfico n.º 18 – "Distribuição da Despesa Faturada pelas Orgânicas".

O valor total da despesa faturada no exercício de 2018 foi de 14.528.666,30€.

2.1.2.2. Desagregação da Despesas por Económica

No exercício de 2018, o grau de execução do orçamento, ao nível da despesa paga, foi de 83,60% e em relação à despesa faturada a execução foi de 89,70%, constatando-se que houve um decréscimo nos graus de despesa paga, na medida em que, no exercício de 2017 havia sido de 84,60% e, em 2016 de 92,19%.

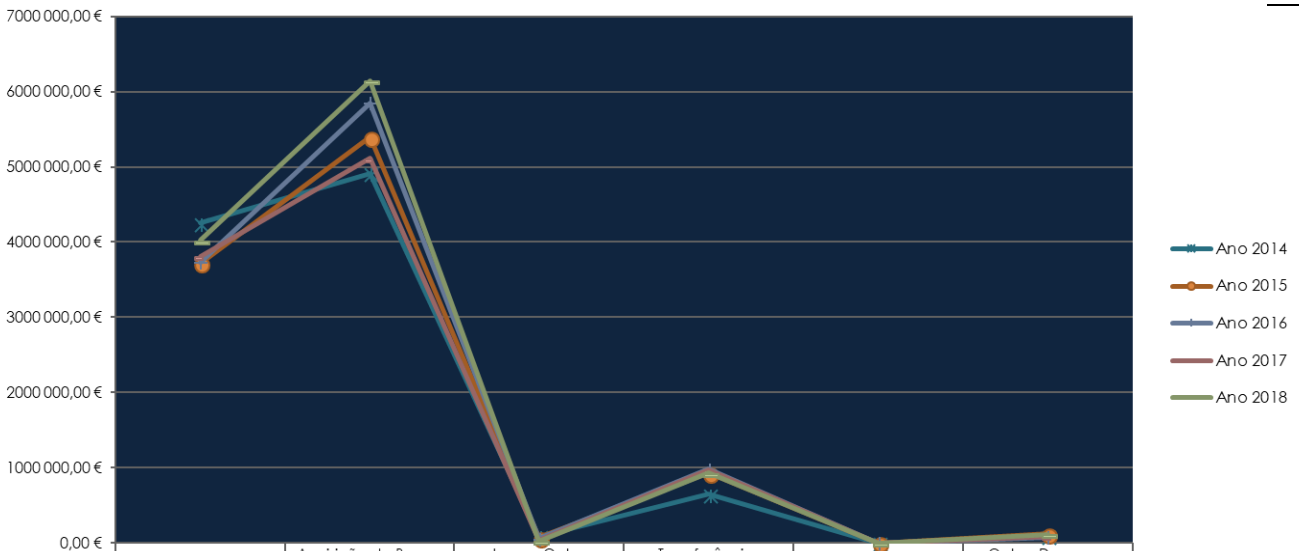
2.1.2.2.1. A Despesa Orçamental Corrente

As remunerações, os encargos com as instalações, a aquisição de bens, e todas aquelas despesas que afetem o património não duradouro e que implicam a sua redução, são Despesas Correntes.

Despesas Correntes	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Pessoal	4 254 744,48 €	42,52%	3 720 326,14 €	36,32%	3 731 940,44 €	34,91%	3 812 511,06 €	38,02%	4 024 018,19 €	35,80%
Aquisição de Bens e Serviços	4 915 091,77 €	49,12%	5 392 057,17 €	52,65%	5 848 324,71 €	54,71%	5 113 025,75 €	50,99%	6 142 762,32 €	54,65%
Juros e Outros Encargos	91 269,00 €	0,91%	72 841,14 €	0,71%	54 777,84 €	0,51%	34 398,34 €	0,34%	28 099,07 €	0,25%
Transferências Correntes	648 083,00 €	6,48%	932 570,49 €	9,11%	978 102,64 €	9,15%	975 494,85 €	9,73%	929 266,90 €	8,27%
Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas Correntes	97 697,99 €	0,98%	124 069,06 €	1,21%	77 262,25 €	0,72%	91 955,80 €	0,92%	116 498,88 €	1,04%
Total:	**10 006 886,24 €**	**100,00%**	**10 241 864,00 €**	**100,00%**	**10 690 407,88 €**	**100,00%**	**10 027 385,80 €**	**100,00%**	**11 240 645,36 €**	**100,00%**

As Despesas Correntes pagas aumentaram 12,10%, do exercício de 2017 para o exercício de 2018, traduzindo-se num aumento de despesa de 1.213.259,56€.

Em relação à Despesa Corrente faturada, do ano de 2017 para o de 2018, verificou-se também um acréscimo de despesa de 10,58%, isto é, houve um aumento de 1.149.277,34€ na componente corrente faturada.



	Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Juros e Outros Encargos	Transferências Correntes	Subsídios	Outras Despesas Correntes
Ano 2014	4254 744,48 €	4915 091,77 €	91 269,00 €	648 083,00 €	0,00 €	97 697,99 €
Ano 2015	3720 326,14 €	5392 057,17 €	72 841,14 €	932 570,49 €	0,00 €	124 069,06 €
Ano 2016	3731 940,44 €	5848 324,71 €	54 777,84 €	978 102,64 €	0,00 €	77 262,25 €
Ano 2017	3812 511,06 €	5113 025,75 €	34 398,34 €	975 494,85 €	0,00 €	91 955,80 €
Ano 2018	4024 018,19 €	6142 762,32 €	28 099,07 €	929 266,90 €	0,00 €	116 498,88 €

Gráfico n.º 19 – "Evolução da Despesa Corrente, de 2014 a 2018".

A rubrica com o Pessoal registou um aumento de 5,55%, do exercício de 2017 para o de 2018, esta subida justifica-se pelo descongelamento de carreiras imposto por lei e, pelo aumento do salário mínimo nacional.

Dentro do agrupamento Despesas com o Pessoal a classificação "Encargos com a Saúde" tem vindo a registar valores menores, justificado em parte pela alteração à fórmula de cálculo do valor ao Serviço Nacional de Saúde. São aqui inseridas todos as despesas com a aquisição de próteses, artigos e medicamentos, serviços de especialidade, clínicas, tratamentos, internamentos e outras despesas da mesma natureza, quando feitas em direto benefício dos funcionários.

Os valores registados nos exercícios de 2014 a 2018 foram os seguintes:

	2014	2015	2016	2017	2018
Rubrica: Encargos com a Saúde	**Valor Pago**	**Valor Pago**	**Valor Pago**	**Valor Pago**	**Valor Pago**
Encargos com a Saúde	84 950,17 €	88 712,96 €	45 625,37 €	53 243,79 €	45 471,43 €
Serviço Nacional de Saúde	193 733,00 €	125 676,51 €	91 462,92 €	98 966,20 €	77 868,19 €
Total	**278 683,17 €**	**214 389,47 €**	**137 088,29 €**	**152 209,99 €**	**123 339,62 €**

Em relação ao agrupamento Aquisições de Bens, as rubricas com maior expressividade no valor pago total foram, nomeadamente, as Mercadorias para Venda com a compra de água (1.222.996,89€); os Combustíveis e Lubrificantes (282.757,25€), a Aquisição de Alimentação – Refeições Confecionadas (253.587,80€); e a Aquisição de Matérias-primas e Subsidiárias (124.222,76€).

	2014		2015		2016		2017		2018		Variação 2017-2018	
Aquisição de Bens	**Faturado**	**Pago**	**Faturado**	**Pago**	**Faturado**	**Pago**	**Faturado**	**Pago**	**Faturado**	**Pago**	**%Faturado**	**% Pago**
Matérias-primas e Subsídiárias	106 359,53	80 261,74	118 209,28	97 530,62	116 109,18	112 517,77	134 569,55	118 153,15	150 968,47	124 222,76	12,19	5,14
Combustíveis e Lubrificantes	369 128,83	340 931,72	303 477,34	271 584,15	274 062,50	273 354,61	285 660,04	243 028,96	321 997,44	282 757,25	12,72	16,35
Limpeza e Higiene	29 761,96	23 117,67	14 218,52	13 565,86	11 867,34	11 692,06	17 035,20	14 858,07	10 041,10	9 111,16	-41,06	-38,68
Alim.-Refeições Confeccionadas	394 403,27	352 914,69	348 504,40	300 035,41	340 839,35	323 221,30	269 885,60	228 953,10	311 885,32	253 587,80	15,56	10,76
Alim.-Generos para Confeccionar	49 751,46	47 834,68	59 527,04	54 987,36	71 601,25	70 578,18	73 432,77	67 342,00	82 350,99	75 755,71	12,14	12,49
Vestuário e artigos Pessoais	12 560,79	12 560,79	31 638,99	31 073,19	17 264,54	17 264,54	23 454,00	23 343,30	13 394,75	7 156,57	-42,89	-69,34
Material do Escritório	27 258,49	23 910,07	19 981,57	18 222,24	14 523,49	14 519,51	11 570,67	10 288,43	12 061,01	10 769,34	4,24	4,67
Produtos Químicos e Farmacêuticos	17 483,28	11 350,01	16 684,16	15 608,77	11 962,02	11 066,75	15 738,84	15 328,14	16 589,51	14 409,34	5,40	-5,99
Material de Consumo Clínico	9 765,98	7 389,39	9 746,85	9 018,58	7 235,78	7 034,70	7 085,83	5 151,20	8 764,79	8 441,33	23,69	63,87
Material de Transporte - Peças	70 878,06	61 452,09	85 506,48	78 324,55	70 948,85	68 974,11	72 872,39	68 313,10	57 224,08	53 150,48	-21,47	-22,20
Outro Material - Peças	14 946,93	12 660,78	17 594,99	16 639,94	13 489,33	13 214,35	13 726,35	12 272,09	15 460,31	15 127,97	12,63	23,27
Prémios, Condecorações e Ofertas	12 468,07	9 411,36	26 442,40	22 910,32	29 456,13	28 232,39	26 917,41	17 087,21	37 996,84	35 728,01	41,16	109,09
Mercadorias para Venda	1 253 430,88	861 550,02	1 212 053,45	1 081 880,36	979 334,05	979 334,05	1 055 744,56	953 526,42	1 358 418,82	1 222 996,89	28,67	28,26
Ferramentas e Utensílios	6 603,28	6 603,28	6 065,52	5 942,79	10 298,48	10 298,48	11 501,14	8 786,51	9 141,61	8 803,06	-20,52	0,19
Livros e Documentação Técnica	85,44	85,44	611,84	611,84	137,22	137,22	203,03	203,03	544,83	544,83	168,35	168,35
Artigos Honorificos e de Decoração	70,41	0,00	220,41	220,41	320,60	320,60	344,65	185,65	359,56	279,76	4,33	50,69
Material Educação, Cultura e Recreio	25 081,30	20 806,70	27 758,10	27 018,80	33 068,50	32 714,25	42 300,02	25 803,36	47 438,76	44 233,64	12,15	71,43
Outros Bens	25 452,61	24 573,87	37 434,96	34 902,26	30 773,74	30 684,49	35 886,91	32 624,88	31 809,97	31 201,43	-11,36	-4,36
Total	**2 425 490,57 €**	**1 897 414,30 €**	**2 335 676,30 €**	**2 080 077,45 €**	**2 033 292,35 €**	**2 005 159,36 €**	**2 097 928,96 €**	**1 845 248,60 €**	**2 486 448,16 €**	**2 198 277,33 €**	**18,52**	**19,13**

No computo geral as Aquisições de Bens, do exercício de 2017 para o exercício de 2018, registaram um aumento de 18,52% da despesa faturada, e um aumento de 19,13% da despesa paga.

Ao nível da Aquisição de Serviços os mais relevantes, no exercício de 2018, foram:

- Os Trabalhos Especializados (1.164.252,63€);

- Os Outros Serviços (883.944,82€);

- Os Encargos com Instalações (631.159,68€);

- Os Transportes (476.289,75€);

- As Comunicações (165.931,23€).

Na rubrica "Outros Serviços" inserem-se a Iluminação Pública (327.316,37€) e as Atividades Culturais e Recreativas (123.063,48€).

	2014		2015		2016		2017		2018		Variação 2017-2018	
Aquisição de Serviços	Faturado	Pago	Faturado	Pago	Faturado	Pago	Faturado	Pago	Faturado	Pago	%Faturado	% Pago
Encargos das Instalações	511 177,49	452 174,68	733 493,44	643 192,64	747 475,98	729 318,29	788 021,64	724 534,65	681 272,91	631 159,68	-13,55	-12,89
Limpeza e Higiene	233 674,39	219 880,42	208 441,09	178 415,35	208 216,49	207 117,74	194 185,74	174 839,03	213 965,76	208 400,65	10,19	19,20
Conservação de Bens	30 771,55	28 089,99	31 219,59	27 277,89	33 421,43	32 500,90	40 100,91	29 031,21	47 236,10	41 332,04	17,79	42,37
Locação de Edifícios	35 913,04	35 913,04	31 132,26	31 132,26	25 945,60	25 945,60	25 964,96	25 964,96	41 602,04	41 602,04	60,22	60,22
Locação de Material de Informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de Outros Bens	18 941,95	18 941,95	34 120,38	30 808,76	48 846,94	48 846,94	49 057,94	48 265,94	41 500,46	41 500,46	-15,41	-14,02
Comunicações	162 295,41	157 825,01	164 584,13	158 184,46	173 293,76	168 443,99	170 067,53	147 530,67	185 863,51	165 931,23	9,29	12,47
Transportes	584 503,22	485 034,61	503 234,69	450 430,18	526 466,49	495 145,87	501 337,18	341 467,95	579 424,14	476 289,75	15,58	39,48
Seguros	80 107,73	80 107,73	76 841,51	76 841,51	70 559,33	70 559,33	80 008,01	80 008,01	79 604,29	78 960,43	-0,50	-1,31
Deslocações e Estadas	1 960,53	1 960,53	3 892,40	3 892,40	3 589,85	3 589,85	1 433,85	1 433,85	1 352,87	1 352,87	-5,65	-5,65
Estudos, Pareceres, Projetos	44 423,66	36 635,30	42 507,19	40 754,81	124 539,95	97 370,91	48 935,60	45 430,84	50 682,56	48 930,18	3,57	7,70
Formação	3 598,50	3 598,50	6 780,75	6 780,75	6 232,51	6 039,91	4 910,30	4 135,30	5 227,60	5 227,60	6,46	26,41
Seminários, Exposições e Similares	200,00	100,00	600,00	600,00	405,00	405,00	500,00	500,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00
Publicidade	29 353,74	26 355,67	36 940,30	29 011,26	60 583,36	59 481,49	58 245,48	48 079,36	68 452,83	61 377,18	17,52	27,66
Vigilância e Segurança	24 057,77	13 742,75	19 680,98	19 680,98	13 140,26	13 140,26	13 230,90	10 612,90	20 498,34	17 071,13	54,93	60,85
Assistência Técnica	14 803,55	12 802,17	12 035,30	11 225,65	13 034,17	11 068,84	11 685,50	11 311,89	11 268,02	7 467,32	-3,57	-33,99
Outros Trabalhos Especializados	918 778,68	741 569,08	837 336,62	714 810,05	887 118,47	879 871,70	647 211,20	535 803,58	1 283 859,41	1 164 252,63	98,37	117,29
Serviços de Saúde	8 827,50	7 894,63	6 846,09	6 356,80	3 576,47	3 454,15	3 440,90	3 196,26	2 651,57	2 651,57	-22,94	-17,04
Encargos de Cobrança de Receita	64 047,28	64 047,28	69 865,60	69 865,60	61 808,95	61 808,95	65 399,46	65 399,46	67 033,41	67 033,41	2,50	2,50
Outros Serviços	655 439,30	631 004,13	845 477,64	812 718,37	943 260,33	929 055,63	1 057 919,02	970 231,29	979 491,31	883 944,82	-7,41	-8,89
Total	**3 422 875,29 €**	**3 017 677,47 €**	**3 665 029,96 €**	**3 311 979,72 €**	**3 951 515,34 €**	**3 843 165,35 €**	**3 761 656,12 €**	**3 267 777,15 €**	**4 360 987,13 €**	**3 944 484,99 €**	**15,93**	**20,71**

Em relação aos ***Juros e Outros Encargos***, do exercício de 2017 para o exercício de 2018, verificou-se uma ***diminuição*** da despesa na ordem dos 18,31%, cerca de 6.299,27€. Esta rubrica, do exercício de 2014 a 2018, tem registados sucessivos decréscimos devido à conjuntura económica que presenciamos à já alguns anos.

Neste agrupamento são inseridos os valores suportados com juros provenientes da contratação de empréstimos bancários, os juros suportados com a locação financeira e outros juros de dívidas contraídas. A diminuição do prazo médio de pagamentos e as taxas de juro praticadas no contexto atual contribuíram para esta importante diminuição.

Das Despesas Correntes também fazem parte as Transferências Correntes. Da análise aos valores pagos, é possível verificar que, do exercício de 2017 para o de 2018, houve um decréscimo de 46.227,95€ da despesa realizada, representando uma diminuição de 4,74%.

Transferências Correntes Pagas	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 17/18
Freguesias	41 478,55	55 167,57	72 388,78	72 137,65	77 834,00	7,90
Associação Municípios	28 408,56	14 755,13	8 275,03	25 697,64	14 913,95	-41,96
Outros	34 216,99	31 234,03	27 752,07	27 000,00	39 000,00	44,44
Instituições sem Fins Lucrativos	532 012,20	598 220,83	687 200,00	709 037,64	720 785,00	1,66
Familias - Outros	11 966,70	233 192,93	182 486,76	141 621,92	76 733,95	-45,82
Total	**648 083,00 €**	**932 570,49 €**	**978 102,64 €**	**975 494,85 €**	**929 266,90 €**	**-4,74**

2.1.2.2.2. A Despesa de Capital do Município

As Aquisições de Bens de Capital, as Transferências de Capital, os Ativos Financeiros, os Passivos Financeiros e as Outras Despesas de Capital são rubricas que fazem parte da componente capital da despesa.

Ao nível da das Despesas de Capital, do exercício de 2017 para o de 2018, verificou-se um decréscimo de 35,17%, representando uma diminuição de 1.243.871,12€ na componente de capital.

As componentes da despesa de capital com maior expressividade, no exercício de 2018 em relação ao ano anterior registaram decréscimos, os Investimentos diminuíram 42,32%, as Transferências de Capital o decréscimo foi de 29,18%; os Ativos Financeiros diminuíram 25,00%, e nos Passivos Financeiros a redução foi na ordem dos 6,82%.

Em 2018, a despesa de capital faturada foi de 2.515.596,98€, já no exercício de 2017 havia sido de 3.690.245,98€.

Ao longo do período de 2014 a 2018, as despesas de capital pagas foram as seguintes:

Despesas de Capital	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Aquisição de Bens de Capital	**2 839 619,62**	**81,47%**	**3 205 003,26**	**81,37%**	**1 951 437,79**	**66,51%**	**2 646 258,32**	**74,82%**	**1 535 357,22**	**66,96%**
Investimentos	**2 812 974,47**	**80,70%**	**3 184 364,82**	**80,85%**	**1 930 509,40**	**65,79%**	**2 625 133,43**	**74,22%**	**1 514 139,24**	**66,04%**
Terrenos	39 754,00 €	1,14%	99 115,97 €	2,52%	52 933,57 €	1,80%	20 672,50 €	0,58%	36 470,00 €	1,59%
Habitações	1 525,20 €	0,04%	24 687,95 €	0,63%	139 874,81 €	4,77%	601 846,87 €	17,02%	14 506,42 €	0,63%
Edifícios	768 019,72 €	22,03%	316 132,90 €	8,03%	574 035,65 €	19,56%	122 889,86 €	3,47%	112 632,66 €	4,91%
Construções Diversas	1 357 761,46 €	38,95%	2 559 550,48 €	64,99%	747 290,86 €	25,47%	1 085 581,37 €	30,69%	761 085,24 €	33,19%
Material de Transporte	151 227,91 €	4,34%	52 041,55 €	1,32%	54 931,86 €	1,87%	514 409,49 €	14,54%	192 261,26 €	8,39%
Equipamento de Informática e Software	151 646,11 €	4,35%	37 490,89 €	0,95%	247 679,51 €	8,44%	83 691,72 €	2,37%	166 202,21 €	7,25%
Equipamento Básico	331 424,93 €	9,51%	84 514,28 €	2,15%	109 896,70 €	3,75%	155 220,14 €	4,39%	49 371,99 €	2,15%
Ferramentas e Utensílios	11 615,14 €	0,33%	7 505,80 €	0,19%	828,44 €	0,03%	40 821,48 €	1,15%	181 609,46 €	7,92%
Artigos e Objectos de Valor	0,00 €	0,00%	3 325,00 €	0,08%	3 038,00 €	0,10%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Investimentos Incorpóreos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outros Investimentos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Locação Financeira	**26 645,15**	**0,76%**	**20 638,44**	**0,52%**	**20 928,39**	**0,71%**	**21 124,89**	**0,60%**	**21 217,98**	**0,93%**
Terrenos	20 285,99 €	0,58%	20 638,44 €	0,52%	20 928,39 €	0,71%	21 124,89 €	0,60%	21 217,98 €	0,93%
Material de Transporte	6 359,16 €	0,18%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Maquinaria e Equipamento	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Transferências de Capital	**124 000,00**	**3,56%**	**98 000,00**	**2,49%**	**137 000,00**	**4,67%**	**206 146,43**	**5,83%**	**146 000,00**	**6,37%**
Associações de Municípios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	146,43 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Freguesias	60 000,00 €	1,72%	56 000,00 €	1,42%	69 000,00 €	2,35%	99 000,00 €	2,80%	99 000,00 €	4,32%
Instituições Sem Fins Lucrativos	64 000,00 €	1,84%	42 000,00 €	1,07%	68 000,00 €	2,32%	107 000,00 €	3,03%	47 000,00 €	2,05%
Activos Financeiros	**0,00**	**0,00%**	**72 624,00**	**1,84%**	**72 624,00**	**2,48%**	**72 624,00**	**2,05%**	**54 468,00**	**2,38%**
Soc. E Quase Soc. N. Financeiras-Públicas	0,00 €	0,00%	72 624,00 €	1,84%	72 624,00 €	2,48%	72 624,00 €	2,05%	54 468,00 €	2,38%
Passivos Financeiros	**521 894,33**	**14,97%**	**562 967,82**	**14,29%**	**587 350,17**	**20,02%**	**597 811,36**	**16,90%**	**557 056,01**	**24,30%**
Empréstimos a Curto Prazo	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	521 894,33 €	14,97%	562 967,82 €	14,29%	587 350,17 €	20,02%	597 811,36 €	16,90%	557 056,01 €	24,30%
Outras Despesas de Capital	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**185 858,36**	**6,33%**	**13 912,24**	**0,39%**	**0,00**	**0,00%**
Outras	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	185 858,36 €	6,33%	13 912,24 €	0,39%	0,00 €	0,00%
Total:	**3 485 513,95 €**	**100,00%**	**3 938 595,08 €**	**100,00%**	**2 934 270,32 €**	**100,00%**	**3 536 752,35 €**	**100,00%**	**2 292 881,23 €**	**100,00%**

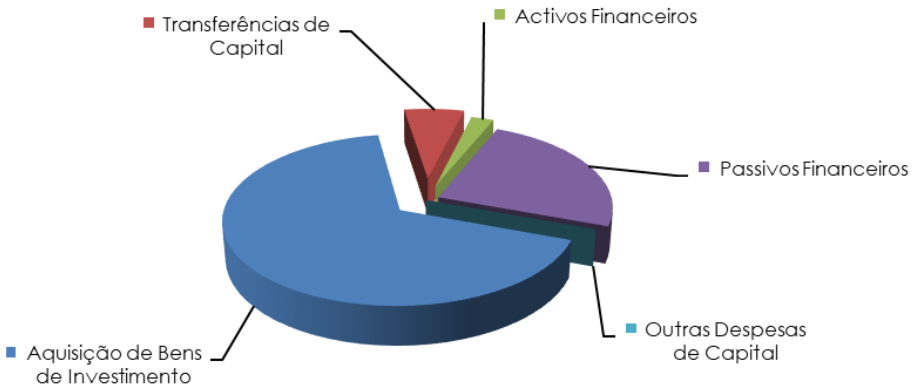
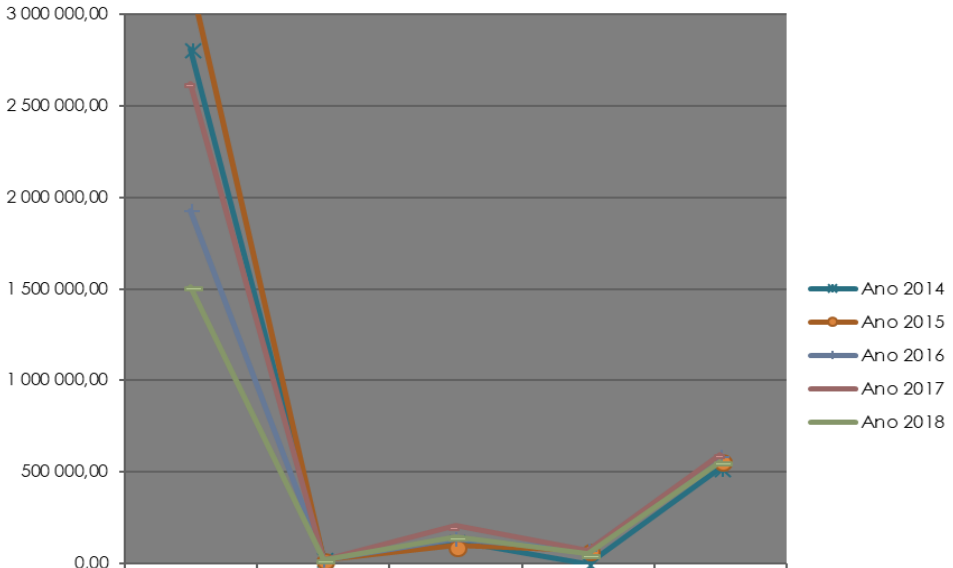


Gráfico n.º 20 – "As Despesas de Capital do exercício de 2018".

A evolução da Despesa de Capital no Município da Lousã, no período de 2014 a 2018 apresenta-se da seguinte forma:



	Investimentos	Locação Financeira	Transferências de Capital	Activos Financeiros	Passivos Financeiros
Ano 2014	2 812 974,47	26 645,15	124 000,00	0,00	521 894,33
Ano 2015	3 184 364,82	20 638,44	98 000,00	72 624,00	562 967,82
Ano 2016	1 930 509,40	20 928,39	137 000,00	72 624,00	587 350,17
Ano 2017	2 625 133,43	21 124,89	206 146,43	72 624,00	597 811,36
Ano 2018	1 514 139,24	21 217,98	146 000,00	54 468,00	557 056,01

Gráfico n.º 21 – "Principais agrupamentos das Despesas de Capital nos exercícios de 2014 a 2018".

2.2. Análise às Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano são uma das bases fundamentais em termos da gestão do Município e incluem o Plano Plurianual de Investimentos, bem como a descrição detalhada das atividades a desenvolver e com maior relevo na gestão, isto é, as Atividades Mais Relevantes.

2.2.1. O Plano Plurianual de Investimentos

A execução do Plano Plurianual de Investimentos, face à despesa paga no exercício de 2018, foi a seguinte:

OBJ.	PROG.	DESIGNAÇÃO	PREVISTO	PAGO
01		**Funções Gerais**	**389 970,00 €**	**345 728,34 €**
	111	Administração Geral	218 870,00 €	187 025,46 €
	121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	171 100,00 €	158 702,88 €
02		**Funções Sociais**	**1 223 454,00 €**	**815 513,39 €**
	211	Ensino não Superior	53 000,00 €	44 567,20 €
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	0,00 €	0,00 €
	221	Serviços Individuais de Saúde	0,00 €	0,00 €
	232	Ação Social	110,00 €	0,00 €
	242	Ordenamento do Território	32 230,00 €	28 738,95 €
	243	Saneamento	144 552,00 €	131 452,67 €
	244	Abastecimento de Água	51 410,00 €	45 908,19 €
	245	Resíduos Sólidos	473 300,00 €	395 335,98 €
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	60 140,00 €	23 022,76 €
	251	Cultura	326 335,00 €	124 521,71 €
	252	Desporto Recreio e Lazer	82 377,00 €	21 965,93 €
03		**Funções Económicas**	**1 071 116,00 €**	**374 115,49 €**
	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	155 466,00 €	9 969,72 €
	320	Industria e Energia	1 600,00 €	347,24 €
	331	Transportes Rodoviários	112 000,00 €	101 077,86 €
	341	Mercados e Feiras	19 350,00 €	10 078,99 €
	342	Turismo	782 700,00 €	252 641,68 €
04		**Outras Funções**	**0,00 €**	**0,00 €**
	420	Transferências entre Administrações	0,00 €	0,00 €
		Total:	**2 684 540,00 €**	**1 535 357,22 €**

Quadro n.º 1 – "O Plano Plurianual de Investimentos do exercício de 2018".

À semelhança dos exercícios anteriores, o Município da Lousã manteve a distribuição da estrutura do Plano Plurianual de Investimentos, devido à importância da natureza das componentes. Assim, as Funções Sociais continuaram a ter um elevado peso no valor total da

despesa paga, com a percentagem de 53,12%, depois surgem as Funções Económicas com 24,37%, e com 22,52% as Funções Gerais.

No Plano Plurianual de Investimentos, verifica-se que ao nível da despesa faturada a execução foi de 65,00%, isto é, foi executado o valor de 1.744.408,85€. Ao nível da despesa paga, o grau de execução foi de 57,20%. Desta forma, o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos registou um decréscimo face ao grau executado no exercício anterior, já que, no exercício de 2017 a execução tinha sido de 68,83%, no que diz respeito à despesa paga.

Do valor total pago foram despendidos 25,75% nos Resíduos Sólidos, devido à aposta que o Município fez nos projetos: Aldeias Resíduos Zero; no Eco – Centro Municipal e no Alargamento da Recolha Seletiva Municipal.; 16,45% na Função Turismo; 10,34% na Proteção Civil e Luta Contra Incêndios e; 8,56% na Função Saneamento.

O Município tem vindo a dar continuidade ao trabalho iniciado na Modernização Administrativa dos serviços públicos, na melhoria da gestão dos Resíduos Sólidos do Concelho, na beneficiação do Castelo da Lousã e no Acesso à Rede Wi-Fi gratuita em pontos turísticos da Lousã, na melhoria das viaturas disponíveis no socorro e na luta contra incêndios; e na melhoria da Rede de Saneamento do concelho da Lousã.

2.2.2. As Atividades Mais Relevantes

Na gestão autárquica tem sido mantida a opção de adotar o instrumento de gestão designado por Atividades Mais Relevantes, o qual consiste num documento que estabelece o desenvolvimento estratégico a adotar para o efeito e onde estejam estabelecidos programas e atividades, que assumem elevada importância e que não constam no Plano de Investimentos, tendo por base despesas maioritariamente correntes.

As Atividades Mais Relevantes, ao nível da despesa faturada, registaram uma execução de 90,30% tendo sido registado o valor de 5.567.914,34€, já ao nível da despesa paga, o nível de execução foi de 82,17%.

Os níveis de execução de 2018 face a 2017, nas Atividades Mais Relevantes, foram inferiores no exercício em análise, devido ao facto de no exercício de 2017 o valor previsto tinha sido de 4.852.332,47€ e o valor pago de 4.046.98,78€, no exercício de 2018 o valor previsto foi de 6.165.957,97€ e o valor pago de 5.066.507,59€.

OBJ.	PROG.	DESIGNAÇÃO	PREVISTO	PAGO
01		**Funções Gerais**	**208 072,00 €**	**184 570,27 €**
	111	Administração Geral	66 042,00 €	50 568,43 €
	121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	142 030,00 €	134 001,84 €
02		**Funções Sociais**	**4 165 672,32 €**	**3 644 460,71 €**
	211	Ensino não Superior	23 884,00 €	19 860,93 €
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	1 272 122,00 €	1 059 332,64 €
	221	Serviços Individuais de Saúde	17 200,00 €	8 640,00 €
	232	Ação Social	124 116,32 €	113 741,40 €
	242	Ordenamento do Território	1 000,00 €	0,00 €
	243	Saneamento	838 035,00 €	756 198,62 €
	244	Abastecimento de Água	1 380 010,00 €	1 222 996,89 €
	245	Resíduos Sólidos	214 100,00 €	198 100,79 €
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	3 425,00 €	2 879,40 €
	251	Cultura	172 600,00 €	146 555,04 €
	252	Desporto Recreio e Lazer	119 180,00 €	116 155,00 €
03		**Funções Económicas**	**1 488 139,65 €**	**936 413,23 €**
	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	526 836,00 €	198 506,30 €
	320	Industria e Energia	416 679,65 €	346 864,66 €
	331	Transportes Rodoviários	202 522,00 €	122 461,92 €
	332	Transportes Aéreos	0,00 €	0,00 €
	341	Mercados e Feiras	0,00 €	0,00 €
	342	Turismo	342 102,00 €	268 580,35 €
04		**Outras Funções**	**304 074,00 €**	**301 063,38 €**
	420	Transferências entre Administrações	304 074,00 €	301 063,38 €
		Total:	**6 165 957,97 €**	**5 066 507,59 €**

Quadro n.º 2 – "As Atividades Mais Relevantes do exercício de 2018".

A repartição das despesas pagas das Atividades Mais Relevantes foi 71,93% nas Funções Sociais; 18,48% nas Funções Económicas; 5,94% nas Outras Funções; e 3,64% nas Funções Gerais.

Também no exercício de 2018, à semelhança dos exercícios anteriores, as Funções Sociais são as que têm maior impacto no valor despendido, já que o paradigma de intervenção dos Municípios alterou-se e a maioria da sua despesa é aplicada em despesa corrente e direcionada essencialmente para as Funções Sociais.

São as Funções Sociais que têm maior expressividade devido aos programas que abrangem, nomeadamente, o programa Serviços Auxiliares de Ensino com os projetos: as refeições

escolares, os transportes escolares e prolongamento de horário, o Apoio Financeiro às Instituições Sociais do Concelho; o Plano Municipal de Apoio a situações de Emergência, entre outros. Nas Funções Socias, o Abastecimento de Água também assume uma elevada importância, com 24,14% e o Saneamento com 14,93%.

Das Grandes Opções do Plano do exercício de 2018, verifica-se que as **Funções Sociais** representam 50,40% da despesa paga e 54,90% da despesa faturada.

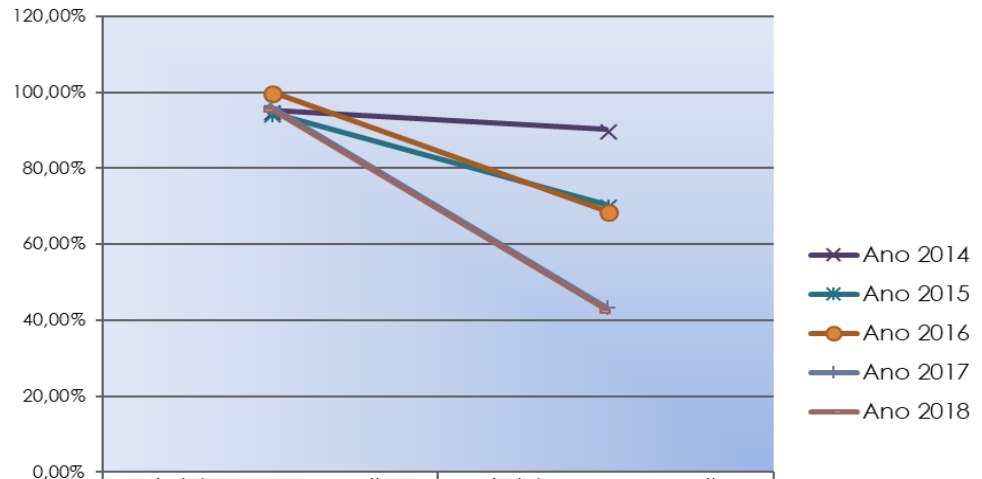
2.3. A Execução Orçamental

2.3.1. A Execução do Orçamento da Receita

As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada. A receita foi executa no exercício de 2018, foi a seguinte:

RECEITA COBRADA BRUTA	Prevista	Cobrada	% de Realização	% de Desvio
Receitas Correntes	12 637 016,00 €	12 127 551,40 €	95,97%	4,03%
Receitas de Capital	3 211 636,00 €	1 379 531,44 €	42,95%	57,05%
Outras Receitas	3 000,00 €	41 515,96 €	1383,87%	-1283,87%
TOTAL	**15 851 652,00 €**	**13 548 598,80 €**		

Durante o exercício de 2018, analisando os valores da receita e excluindo o Saldo da Gerência Anterior, o Município executou mais receita (corrente e de capital) face à receita que executou no exercício de 2017. Há que salientar o facto de como a receita prevista no exercício de 2018 ser superior à receita prevista no exercício de 2017, fazendo com que os níveis de execução sejam inferiores apesar de o valor da receita no ano em análise ter sido maior.



	Nível de Execução Receitas Correntes	Nível de Execução Receitas de Capital
Ano 2014	95,23%	90,16%
Ano 2015	94,61%	70,39%
Ano 2016	100,27%	68,89%
Ano 2017	96,34%	43,58%
Ano 2018	95,97%	42,95%

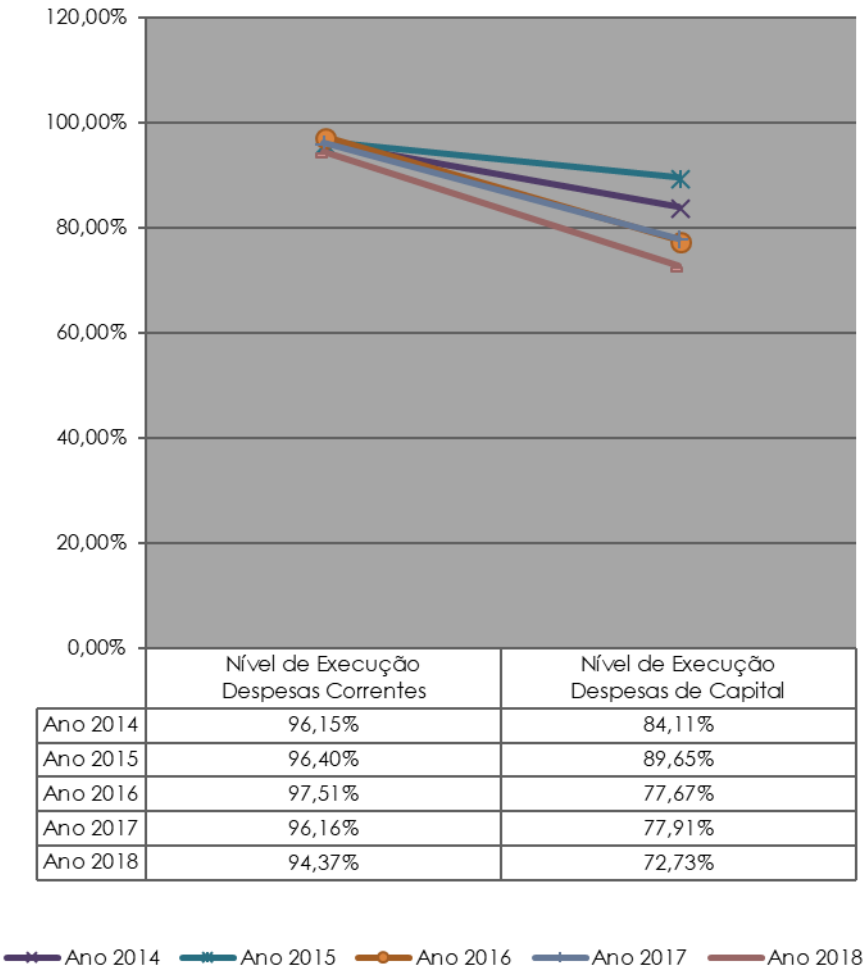
Gráfico n.º 22 – "Níveis de execução da Receita no exercício do período de 2014 a 2018".

2.3.2. A Execução do Orçamento da Despesa

No quadriénio em análise, o exercício que registou maior valor orçado foi o exercício de 2018, com o valor previsto de 16.188.437,12€.

DESPESA	PREVISTA	PAGA	% de Realização	% de Desvio
Despesas Correntes	12 729 831,47 €	11 240 645,36 €	88,30%	11,70%
Despesas de Capital	3 458 605,65 €	2 292 881,23 €	66,29%	33,71%
Total:	**16 188 437,12 €**	**13 533 526,59 €**		

Face à despesa faturada, os níveis de execução, no período mediado que 2014 a 2018, foram os seguintes:



	Nível de Execução Despesas Correntes	Nível de Execução Despesas de Capital
Ano 2014	96,15%	84,11%
Ano 2015	96,40%	89,65%
Ano 2016	97,51%	77,67%
Ano 2017	96,16%	77,91%
Ano 2018	94,37%	72,73%

Gráfico n.º 23 – "Execução da Despesa Faturada nos exercícios de 2014 a 2018".

2.4. Considerações Finais da Execução Orçamental

Segundo o ponto 3.1.1. do POCAL, isto é, do Decreto – Lei n.º 54/99 de 22 de fevereiro têm de ser cumpridos vários princípios, nomeadamente, o Princípio do Equilíbrio Orçamental, que pressupõem o cumprimento do Equilíbrio Formal, ou seja, é necessário que sejam previstos os recursos necessários para fazer face a todas as despesas.

	Correntes	Capital	Outras	Total
Receitas (1)	12 127 551,40 €	1 379 531,44 €	378 301,08 €	13 885 383,92 €
Despesa (2)	11 240 645,36 €	2 292 881,23 €	0,00 €	13 533 526,59 €
Poupança (3)=(1)-(2)	**886 906,04**	**-913 349,79**	**378 301,08**	**351 857,33**

O princípio do Equilíbrio Orçamental foi cumprindo e verifica-se uma poupança total com um Saldo Para Gerência Seguinte de 351.857,33€.

Com a entrada em vigor do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, a regra do equilíbrio corrente prevista no POCAL é derrogada e entrou em vigor uma nova regra de equilíbrio corrente.

No artigo. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, sob a epígrafe "Equilíbrio Orçamental ", prevê-se o seguinte:

1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas;

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos;

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte;

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. ".

Ao nível da componente corrente do Orçamento é necessário existir o Equilíbrio Corrente, o qual exige que as despesas correntes mais o somatório das amortizações médias não excedam as receitas correntes.

No exercício de 2018, o Município da Lousã cumpriu o equilíbrio corrente, na medida em que, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes em 886.906,04€, possibilitando pagar despesa de capital com receita corrente.

De acordo com as novas regras apresentam-se de seguida os cálculos para o Município da Lousã:

DESIGNAÇÃO	2018	
	Valores	Poupança
1. POUPANÇA CORRENTE PREVISIONAL		
Receita Corrente Previsional	12 637 016	
Despesa Corrente Previsional	11 297 239	1 339 776,78
2. POUPANÇA CORRENTE EXECUTADA		
Receita Corrente Executada	12 127 551	
Despesa Corrente Executada	11 240 645	886 906,04

EQUILIBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE	2018	
	Valores	Poupança
Receita Corrente Bruta Cobrada	12 127 551	
Despesa Corrente Executada	11 240 645	
Amortizações de empréstimos de MLP executadas	552 450	
Amortizações médias de empréstimos de MLP	623 867	
Saldo do Equilibrio Orçamental (amortizações executadas)		**334 455,68**
Saldo do Equilibrio Orçamental (amortizações médias anuais)		**263 039,09**

A Lei n.º 8/2012, designada por "Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA", e o Decreto – Regulamentar n.º 127/2012, de 21 de junho, vieram fazer com que os municípios adequassem a sua gestão de maneira a que ambas as leis fossem cumpridas.

Com a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, a Lei do Orçamento do Estado para 2018, houve a regulamentação da inaplicabilidade da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, aos municípios e freguesias que, a 31 de dezembro de 2017, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (n.º 5 do artigo 82.º). Ou seja: não excedam, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores e o montante da dívida, excluindo os empréstimos não seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A exclusão produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites de endividamento.
O Município da Lousã, cumprindo com os limites de endividamento, continua a aplicar na sua gestão autarquia a "Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA", de maneira a que a gestão adotada por força da lei continue pautada pelos seus princípios orientadores.

Segundo o artigo 14º do Decreto – Regulamentar n.º 127/2012, para o cumprimento do disposto no artigo 7º da LCPA, no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores

aos verificados no final do mês anterior e, segundo o artigo 7º da LCPA, a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.

O Município da Lousã no final de 2018 não tinha pagamentos em atraso de acordo com o definido na LCPA, sendo Prazo Médio de Pagamentos do Município da Lousã, a 31/12/2018, de **34 dias**.

Em conclusão apresentam-se um conjunto de rácios orçamentais:

DESIGNAÇÃO	2018
	%
Impostos Directos/Receita Corrente	25,84
Transferências Correntes/Receita Corrente	44,60
Transferências de Capital/ Receita de Capital	83,41
Receita de Empréstimos/Receita Total	0,00
Receita Corrente/Receita Total	89,51
Despesas de Pessoal/Despesa Corrente	35,80
Despesa Corrente/Despesa Total	83,06
Amortização e Juros de Empréstimos/Despesa Total	4,32
Investimento/Despesa de Capital	66,04
Investimento/Despesa Total	11,19
Despesas de Pessoal/Receita Corrente	33,18
FEF/Despesa Total	28,33
Amortização e Juros de Empréstimos/Receita Total	4,32
Despesa Corrente/Receita Corrente	92,69
Despesa de Capital/Receita de Capital	166,21
Receita Total/Despesa Total	100,11
(Receita Total-Passivo Financeiro)/(Despesa Total-Amortizações)	104,41
Receitas Correntes Executadas/Receitas Correntes Orçadas	95,97
Receita Total ano n/Receita Total ano n-1	99,89
Despesas correntes executadas/Despesas correntes orçadas	88,30
Despesas de capital executadas/Despesas de capital orçadas	66,29
Despesas de capital/Despesas totais	16,94
Juros pagos /Receita corrente	0,23
Despesas ano n/Despesas ano n-1	99,77
Amortização e Juros de Empréstimos/Receita Total Corrente	4,83

3. COMPONENTE PATRIMONIAL

A Contabilidade Patrimonial faculta a informação da situação financeira e patrimonial do Município preparada na base de acréscimo, onde se registam os acontecimentos que implicam uma alteração do património (em termos quantitativos e qualitativos). Os principais mapas deste subsistema respeitam ao balanço e à demonstração dos resultados.

3.1. A Demonstração de Resultados

O documento que apresenta os custos e os proveitos por natureza, sendo os resultados classificados em correntes e extraordinários é a Demonstração de Resultados. Os resultados correntes desagregam-se em resultados operacionais e financeiros.

3.1.1. Os Custos e Perdas do Município

No exercício de 2018, verifica-se que os Custos e Perdas Operacionais registaram um acréscimo de 1,82%. Este aumento em termos de valor foi de 248.632,65€, justificando-se principalmente pelo acréscimo da rubrica Custos com o Pessoal, devido às alterações legislativas, nomeadamente, aumento do salário mínimo nacional e com o descongelamento das carreiras na Função Pública; das Amortizações do Exercício, na medida em que, no exercício de 2018 foram inseridos alguns bens que não estavam inseridos no Balanço Inicial, por não reunirem as condições legais para a sua inserção; e o Fornecimento e Serviços Externos com um acréscimo de 0,44%.

Custos e Perdas Operacionais	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%	Ano de 2016	%	Ano de 2017	%	Ano de 2018	%
Custos de Mercadorias Vendidas	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Custos das Matérias Consumidas	303.152,31 €	2,33%	285.541,01 €	2,31%	262.445,53 €	2,00%	303.244,77 €	2,21%	274.773,14 €	1,97%
Fornecimento e Serviços Externos	4.265.681,46 €	32,75%	4.624.959,38 €	37,40%	5.072.391,10 €	38,73%	5.579.026,69 €	40,75%	5.603.395,92 €	40,19%
Custos com Pessoal	4.265.628,91 €	32,75%	3.710.775,52 €	30,01%	3.742.415,95 €	28,57%	3.851.901,72 €	28,13%	4.061.523,34 €	29,13%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	632.133,83 €	4,85%	916.630,50 €	7,41%	1.016.430,11 €	7,76%	934.399,54 €	6,82%	899.901,90 €	6,46%
Amortizações do Exercício	3.357.782,06 €	25,78%	2.707.663,79 €	21,89%	2.841.215,32 €	21,69%	2.872.771,12 €	20,98%	2.925.215,52 €	20,98%
Provisões do Exercício	139.588,06 €	1,07%	18.674,64 €	0,15%	51.959,05 €	0,40%	33.895,74 €	0,25%	46.702,44 €	0,34%
Outros Custos e Perdas Operacionais	62.578,10 €	0,48%	102.639,83 €	0,83%	110.075,36 €	0,84%	116.723,12 €	0,85%	129.083,09 €	0,93%
Total	**13.026.544,73 €**	**100,00%**	**12.366.884,67 €**	**100,00%**	**13.096.932,42 €**	**100,00%**	**13.691.962,70 €**	**100,00%**	**13.940.595,35 €**	**100,00%**

Quadro n.º 3 – "Os Custos e Perdas Operacionais de 2014 a 2018".

No caso das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais houve uma diminuição de 3,69%; e o Custo das Matérias Consumidas diminuíram cerca de 28.471,63€, do exercício de 2017 para o de 2018.

Na análise da estrutura operacional da Demonstração de Resultados, é inevitável analisar o peso das Amortizações do Exercício e no seu impacto no valor dos Resultados, visto que, estas têm um peso na estrutura dos custos operacionais de 20,98% e, se o resultado operacional com as amortizações é de -2.255.358,95€, sem as amortizações este resultado operacional seria de: 669.856,57€ positivo.

Da estrutura de custos do Município para além dos Custos Operacionais, temos os Custos Financeiros e os Custos Extraordinários.

Custos e Perdas	Ano 2014	%	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017	%	Ano 2018	%
Custos e Perdas Operacionais	13.026.544,73 €	95,47%	12.366.884,67 €	92,76%	13.096.932,42 €	96,20%	13.691.962,70 €	97,44%	13.940.595,35 €	95,94%
Custos e Perdas Financeiras	93.031,99 €	0,68%	70.192,17 €	0,53%	53.390,06 €	0,39%	34.745,66 €	0,25%	29.152,19 €	0,20%
Custos e Perdas Extraordinárias	524.892,85 €	3,85%	895.408,46 €	6,72%	463.483,81 €	3,40%	324.386,73 €	2,31%	561.198,55 €	3,86%
Total:	**13.644.469,57 €**	**100,00%**	**13.332.485,30 €**	**100,00%**	**13.613.806,29 €**	**100,00%**	**14.051.095,09 €**	**100,00%**	**14.530.946,09 €**	**100,00%**

Quadro n.º 4 – "Custos e Perdas registados de 2014 a 2018".

No total da componente dos Custos e Perdas, os Custos Operacionais têm um peso de 95,94%, seguindo-se os Custos Extraordinários com 3,86% e os Custos Financeiros com 0,20%.

No período em análise, para além do aumento dos Custos Operacionais, os Extraordinários também registaram um incremento de 73,00%, justificado maioritariamente pelas amortizações extraordinárias dos bens que foram inseridos no Património e pelas Alienações de Imobilizações Corpóreas.

Assim, nos Custos e Perdas do exercício de 2018, face ao anterior, houve um aumento de 479.851,00€, representando um acréscimo de 3,42%.

3.1.2. Os Proveitos e Ganhos do Município

Os Proveitos e Ganhos Operacionais têm um elevado peso no total dos Proveitos, pois representam de 88,04%.

No exercício de 2018, face ao exercício anterior, houve um acréscimo de 1,24%, ou seja, houve um aumento de receita de 142.595,87€, justificado pelo crescimento das Transferências e Subsídios Obtidos (em 244.976,53€) e pelos Impostos e Taxas (em 58.082,23€). No entanto, as

Vendas e Prestações de Serviços registaram uma diminuição de 141.173,79€ de receita e, os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais o decréscimo foi de 19.289,10€.

Proveitos e Ganhos Operacionais	Ano 2014	%	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017	%	Ano 2018	%
Vendas e Prestações de Serviços	2.034.365,91 €	18,64%	2.125.708,10 €	19,04%	2.107.417,44 €	18,56%	2.216.942,01 €	19,21%	2.075.768,22 €	17,76%
Impostos e Taxas	3.515.449,13 €	32,21%	3.578.031,79 €	32,05%	3.739.287,11 €	32,93%	3.765.810,95 €	32,63%	3.823.893,18 €	32,72%
Trabalhos para a Própria Entidade	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Transferências e Subsídios Obtidos	5.318.866,38 €	48,73%	5.386.535,75 €	48,24%	5.468.372,20 €	48,16%	5.506.327,23 €	47,70%	5.751.303,76 €	49,22%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionai	46.799,44 €	0,43%	75.274,88 €	0,67%	38.617,63 €	0,34%	53.560,34 €	0,46%	34.271,24 €	0,29%
Total	**10.915.480,86 €**	**100,00%**	**11.165.550,52 €**	**100,00%**	**11.353.694,38 €**	**100,00%**	**11.542.640,53 €**	**100,00%**	**11.685.236,40 €**	**100,00%**

Quadro n.º 5 – "Valores dos Proveitos e Ganhos Operacionais de 2014 a 2018".

A distribuição dos Proveitos e Ganhos no Município da Lousã, no período de 2014 a 2018, foi a seguinte:

Proveitos e Ganhos	Ano 2014	%	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017	%	Ano 2018	%
Proveitos e Ganhos Operacionais	10.915.480,86 €	79,98%	11.165.550,52 €	82,10%	11.353.694,38 €	88,88%	11.542.640,53 €	89,10%	11.685.236,40 €	88,04%
Proveitos e Ganhos Financeiros	557.757,76 €	4,09%	574.870,51 €	4,23%	532.054,48 €	4,16%	517.415,43 €	3,99%	510.366,35 €	3,85%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.175.160,23 €	15,94%	1.859.922,54 €	13,68%	889.037,87 €	6,96%	894.599,45 €	6,91%	1.077.355,44 €	8,12%
Total:	**13.648.398,85 €**	**100,00%**	**13.600.343,57 €**	**100,00%**	**12.774.786,73 €**	**100,00%**	**12.954.655,41 €**	**100,00%**	**13.272.958,19 €**	**100,00%**

Quadro n.º 6 – "Os Proveitos e Ganhos dos exercícios de 2014 a 2018".

Do exercício de 2017 para o de 2018, no total dos Proveitos houve um aumento de 318.302,78€, em termos percentuais de 2,46%, justificado pela evolução positiva dos Proveitos Operacionais, mas também pelo aumento de 182.755,99€ nos Proveitos Extraordinários. Os Proveitos Financeiros, registaram tendência contrária diminuindo 1,36%, de 2017 para 2018.

3.1.3. Os Resultados do Município

À semelhança dos exercícios anteriores, mais uma vez os Resultados Financeiros apresentaram valor positivo de 481.214,16€. Já os Resultados Operacionais e os Correntes foram negativos, devido à especificidade das rubricas que contêm.

RESULTADOS	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Resultados Operacionais	- 2.111.063,87 €	- 1.201.334,15 €	- 1.743.238,04 €	- 2.149.322,17 €	- 2.255.358,95 €
Resultados Financeiros	464.725,77 €	504.678,34 €	478.664,42 €	482.669,77 €	481.214,16 €
Resultados Correntes	- 1.646.338,10 €	- 696.655,81 €	- 1.264.573,62 €	- 1.666.652,40 €	- 1.774.144,79 €
Resultado Líquido do Exercício	**3.929,28 €**	**267.858,27 €**	**-839.019,56 €**	**-1.096.439,68 €**	**-1.257.987,90 €**

Quadro n.º 7 – "Os Resultados do exercício de 2014 a 2018".

Na composição dos Resultados do Município existem limitações que não permitem que se possa reverter esta situação. Esta realidade fica a dever-se principalmente aos tipos de custos da componente operacional e à limitação que se tem em melhorar os resultados pela via dos proveitos operacionais.

Em relação ao Custos Operacionais, o impacto das Amortizações do Exercício que representam 20,98% do total e que refletem as depreciações das imobilizações corpóreas e incorpóreas atribuídas ao exercício de acordo com as taxas legais definidas. Os Custos Com o Pessoal que contribuem com 29,13% da componente operacional, pode-se tentar controlar os valores pela via da limitação no recrutamento, mas no caso dos efetivos há a exigência de cumprir as disposições legais o que justifica os acréscimos dos valores registados. Os Fornecimentos e Serviços Externos que têm um impacto de 40,19%, o Município não poderá reduzir de forma significativa os valores e serviços em causa, na medida em que, se o fizesse estaria a colocar em causa a concretização da atividade municipal.

Estabilizando a componente operacional por via dos Proveitos Operacionais, seria uma solução que levaria ao aumento dos preços, das taxas e impostos, o que faria com que os Munícipes fossem prejudicados.

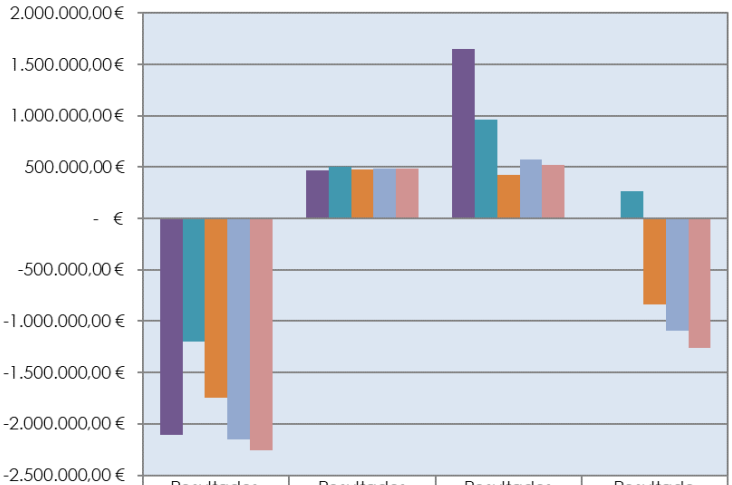
No exercício de 2018, o Resultado Líquido de Exercício foi de -1.257.987,90€, tendo registado um agravamento de 14,73% face ao exercício anterior.

Apesar dos condicionalismos apresentados para haver melhoria dos Resultado Líquido do Exercício, há a salientar os seguintes pontos importantes:

- Em relação ao *Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos* verifica-se que, no exercício de 2018, foi de **1.186.013,46€;**

- E calculando o *Cash – Flow*, que permite apurar o saldo entre as entradas e saídas à data de 31 de dezembro, é possível verificar que é de **1.713.930,06€.**

A evolução dos Resultados obtidos pelo Município da Lousã no período em análise, é a seguinte:



	Resultados Operacionais	Resultados Financeiros	Resultados Extraordinários	Resultado Liquido
2014	-2.111.063,87 €	464.725,77 €	1.650.267,38 €	3.929,28 €
2015	-1.201.334,15 €	504.678,34 €	964.514,08 €	267.858,27 €
2016	-1.743.238,04 €	478.664,42 €	425.554,06 €	-839.019,56 €
2017	-2.149.322,17 €	482.669,77 €	570.212,72 €	-1.096.439,68 €
2018	-2.255.358,95 €	481.214,16 €	516.156,89 €	-1.257.987,90 €

Gráfico n.º 24 – "Evolução dos Resultados do Município de 2014 a 2018".

3.2. O Balanço

O significado do termo "balanço" prende-se com uma demonstração financeira do município num determinado momento. É o balanço que permite descobrir o seu património. O Balanço Financeiro mostra os **ativos** e os **passivos** da entidade. A diferença entre estes dois corresponde ao seu valor. O Balanço Patrimonial pode ser comparado a uma fotografia que regista o estado do município num dado momento. Quando se faz um balanço anual ao património (a 31 de dezembro), estamos perante um balanço patrimonial.

3.2.1. O Ativo Líquido

No valor do Ativo, do exercício de 2017 para o de 2018, houve um acréscimo de 2,18%, representando um aumento de 1.300.466,97€, totalizando o valor de 60.916.528,72€ no exercício de 2018.

No período em análise os valores do Ativo Líquido foram os seguintes:

ATIVO	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%	Ano de 2016	%	Ano de 2017	%	Ano de 2018	%
Imobilizado:										
Bens de Domínio Público	15.392.122,59 €	25,27%	14.455.405,44 €	24,33%	13.619.200,89 €	23,73%	12.347.512,15 €	20,71%	10.997.752,54 €	18,05%
Imobilizações Incorpóreas	181.674,63 €	0,30%	91.238,08 €	0,15%	34.816,83 €	0,06%	27.301,61 €	0,05%	27.260,35 €	0,04%
Imobilizações Corpóreas	39.410.038,94 €	64,71%	40.298.190,47 €	67,83%	40.504.416,95 €	70,56%	41.289.443,75 €	69,26%	44.546.565,77 €	73,13%
Investimentos Financeiros	1.201.561,47 €	1,97%	1.201.561,47 €	2,02%	1.194.079,50 €	2,08%	1.194.079,50 €	2,00%	1.012.204,85 €	1,66%
Circulante:										
Existências	529.959,86 €	0,87%	155.890,02 €	0,26%	144.341,90 €	0,25%	152.915,73 €	0,26%	175.125,80 €	0,29%
Dívidas de Terceiros- Médio e Longo Prazo	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	1.616.046,98 €	2,65%	2.108.207,33 €	3,55%	524.944,20 €	0,91%	1.522.822,74 €	2,55%	1.045.990,18 €	1,72%
Títulos Negociáveis	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	2.197.771,76 €	3,61%	837.402,08 €	1,41%	1.166.195,27 €	2,03%	795.141,41 €	1,33%	792.113,17 €	1,30%
Acréscimos e Diferimentos	370.821,87 €	0,61%	263.768,73 €	0,44%	213.325,44 €	0,37%	2.286.844,86 €	3,84%	2.319.516,06 €	3,81%
TOTAL DO ATIVO:	**60.899.998,10 €**	**100,00%**	**59.411.663,62 €**	**100,00%**	**57.401.320,98 €**	**100,00%**	**59.616.061,75 €**	**100,00%**	**60.916.528,72 €**	**100,00%**

Quadro n.º 8 – "O Ativo Líquido de 2014 a 2018".

A estrutura do Ativo, à semelhança dos exercícios anteriores, continua a ser a mesma, na medida em que, o Imobilizado contribui com 56.583.783,51€ para o valor total, tendo uma proporção de 92,89%. Esta proporção implica que na Demonstração de Resultados as Amortizações do Exercício assumam a relevância que têm no total dos Custos e Perdas Operacionais, gerando as implicações já explicadas no ponto em causa.

Em relação ao Ativo Circulante, há a salientar o facto de as Dividas de Terceiros terem registado um decréscimo de 476.832,56€, face ao exercício anterior. Esta diminuição justificou-se pela minoração das Vendas e Prestações de Serviços e de os valores em dívida de novas candidaturas a fundos comunitários serem menos.

Face aos Acréscimos e Diferimentos verificou-se um acréscimo de 32.671,20€ comparativamente ao exercício de 2017.

Em termos globais, sem as amortizações Acumuladas, o Valor do Imobilizado Bruto nos últimos anos tem sido o seguinte:

Ativo Imobilizado Bruto	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Bens de Domínio Público	32.627.107,44 €	33.335.288,43 €	34.202.513,42 €	34.636.084,17 €	35.013.676,74 €
Imobilizações Incorpóreas	1.583.621,28 €	1.584.054,10 €	1.609.393,29 €	1.609.393,29 €	1.609.393,29 €
Imobilizações Corpóreas	61.074.984,05 €	62.905.094,50 €	64.161.019,65 €	66.074.234,75 €	70.513.841,86 €
Investimentos Financeiros	1.201.561,47 €	1.201.561,47 €	1.194.079,50 €	1.194.079,50 €	1.012.204,85 €
Total do Ativo Imobilizado Bruto	**96.487.274,24 €**	**99.025.998,50 €**	**101.167.005,86 €**	**103.513.791,71 €**	**108.149.116,74 €**

Quadro n.º 9 – "O Imobilizado Bruto dos anos de 2014 a 2018".

Desta forma, verificamos que as Amortizações Acumuladas no exercício de 2018 foram de 51.565.333,23€ e, em 2017 tinham sido de 48.655.454,70€, havendo um acréscimo de 5,98%.

Mais uma vez é possível verificar o impacto que o Imobilizado tem na estrutura do nosso Balanço e o consequente peso na Demostração de Resultados pelas Amortizações do Exercício.

3.2.2. O Passivo

PASSIVO	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%	Ano de 2016	%	Ano de 2017	%	Ano de 2018	%
Provisões Para Riscos e Encargos	70.264,35 €	0,32%	60.882,69 €	0,30%	88.967,69 €	0,47%	88.967,69 €	0,44%	88.967,69 €	0,47%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	4.912.613,48 €	22,25%	4.271.102,80 €	21,01%	3.590.395,82 €	19,10%	2.956.917,80 €	14,68%	2.203.431,17 €	11,72%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2.758.413,09 €	12,49%	1.967.475,68 €	9,68%	1.735.751,81 €	9,23%	2.416.791,67 €	12,00%	2.223.076,69 €	11,83%
Acréscimos e Diferimentos	14.338.983,35 €	64,94%	14.024.620,35 €	69,00%	13.385.817,37 €	71,20%	14.684.117,71 €	72,89%	14.279.069,17 €	75,97%
TOTAL DO PASSIVO:	**22.080.274,27 €**	**100,00%**	**20.324.081,52 €**	**100,00%**	**18.800.932,69 €**	**100,00%**	**20.146.794,87 €**	**100,00%**	**18.794.544,72 €**	**100,00%**

Quadro n.º 10 – "O Passivo do Município de 2014 a 2018".

Em relação ao Passivo, no exercício de 2018, verificou-se uma diminuição de 6,71% das obrigações do Município, sendo que, em termos de valor a redução foi de 1.352.250,15€, justificada pelo decréscimo das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo, nomeadamente, Instituições Financeiras, ao Fundo de Apoio Municipal, porque com a aprovação do Orçamento do Estado de 2018 o valor previsto para ser entregue pelos Municípios foi alterado *e "nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios foi reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas*", havendo assim uma diminuição na dívida dos municípios e consequente reflexo na capitalização do próprio fundo e, à Caixa Leasing Factoring devido ao Leasing que o Município tem (no total a redução foi de 753.486,63); pela diminuição das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo (-193.714,98€); e pela redução dos Acréscimos e Diferimentos em 405.048,54€.

3.2.3. Os Fundos Próprios

O valor líquido do património de um município é o Fundo Próprio, isto é, a diferença entre os ativos e passivos ou, a diferença entre tudo aquilo que o município possui e deve a terceiros.

O valor dos Fundos Próprios no exercício de 2018 aumentou 2.652.717,12€, representando um incremento de 6,72%, devido ao Património que aumentou 3.863.627,28€ pelo registo do imobilizado que não estava no inventário inicial e que só agora foi possível efetuar e; pelo

acréscimo das Doações, que no exercício de 2018, onde o maior valor foi o donativo feito pela Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã, no valor de 45.000,00€ para ser adquirida uma ambulância para os Bombeiros da Lousã.

FUNDOS PRÓPRIOS	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%	Ano de 2016	%	Ano de 2017	%	Ano de 2018	%
Património	44.175.228,83 €	113,80%	44.175.228,83 €	113,02%	44.527.054,58 €	115,35%	44.527.054,58 €	112,81%	48.390.681,86 €	114,88%
Doações	30.836,50 €	0,08%	30.836,50 €	0,08%	30.836,50 €	0,08%	39.505,67 €	0,10%	86.583,41 €	0,21%
Resultados Transitados	-5.390.270,78 €	-13,89%	-5.386.341,50 €	-13,78%	-5.118.483,23 €	-13,26%	-4.000.853,69 €	-10,14%	-5.097.293,37 €	-12,10%
Resultado Líquido	3.929,28 €	0,01%	267.858,27 €	0,69%	-839.019,56 €	-2,17%	-1.096.439,68 €	-2,78%	-1.257.987,90 €	-2,99%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	**38.819.723,83 €**	**100,00%**	**39.087.582,10 €**	**100,00%**	**38.600.388,29 €**	**100,00%**	**39.469.266,88 €**	**100,00%**	**42.121.984,00 €**	**100,00%**

Quadro n.º 11 – "Valores dos Fundos Próprios do Município de 2014 a 2018".

Nos Resultados Transitados houve uma deterioração de 1.096.439,68€ que se tratou da integração do Resultado Líquido do Exercício de 2017.

O Resultado Líquido do Exercício, no exercício de 2017, tinha sido de -1.096.439,68€, em 2018 o valor passou a ser de -1.257.987,90€.

3.3. Os Indicadores Económico – Financeiros

Analisando os Indicadores Económicos – Financeiros no período de 2014 a 2018, verificamos que:

RÁCIO	DESCRIÇÃO	VALOR				
		Exercício 2014	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2017	Exercício 2018
Liquidez Geral: Ativo Circulante/Passivo C/P	O Rácio Liquidez Geral, mede o grau em que as dívidas a curto prazo podem ser cobertas pelo Ativo Circulante. Quanto maior for o rácio, maior certeza se terá que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.	**1,71**	**1,71**	**1,18**	**1,97**	**1,95**
Liquidez Imediata: Disponível/Passivo C/P	O Rácio Liquidez Imediata, revela o grau de cobertura do Passivo Circulante pelas disponibilidades.	**0,80**	**0,43**	**0,67**	**0,33**	**0,36**
Liquidez Reduzida: (Ativo Circulante - Existências)/Passivo Circulante	O Rácio Liquidez Reduzida, revela o grau de cobertura do Passivo Circulante pelo Ativo Circulante subtraído das Existências.	**1,52**	**1,63**	**1,10**	**1,91**	**1,87**
Endividamento: Dívidas a Terceiros C/P/ Fundos Próprios e passivo	O Rácio do Endividamento permite apurar o grau em que a Autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade.	**0,05**	**0,03**	**0,03**	**0,04**	**0,04**
Autonomia Financeira: Fundos Próprios/Ativo Total	O Rácio da Autonomia Financeira traduz a capacidade da Autarquia de financiar o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos.	**0,64**	**0,66**	**0,67**	**0,66**	**0,69**
Cobertura Imob. Pelos Capitais Permanentes: Capitais Permanentes/Imobilizado Liquido	O Rácio da Cobertura do Imobilizado Pelos Capitais Permanentes, mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes.	**0,78**	**0,77**	**0,76**	**0,77**	**0,78**

Quadro n.º 12 – "Indicadores Económico – Financeiros do exercício de 2014 a 2018".

Os valores dos Indicadores no exercício de 2018, foram muito semelhantes aos valores registados no exercício de 2017, onde a Liquidez Geral tinha sido no ano anterior de 1,97, em 2018 foi de 1,95; a Liquidez Imediata registou uma pequena melhoria, já que, tinha sido de 0,33 e agora passou a ser de 0,36.

O grau de cobertura do Passivo Circulante pelo Ativo Circulante sem considerar as Existências, que consiste na Liquidez Reduzida, foi de 1,87 em 2018, e tinha sido de 1,91 no exercício de 2017.

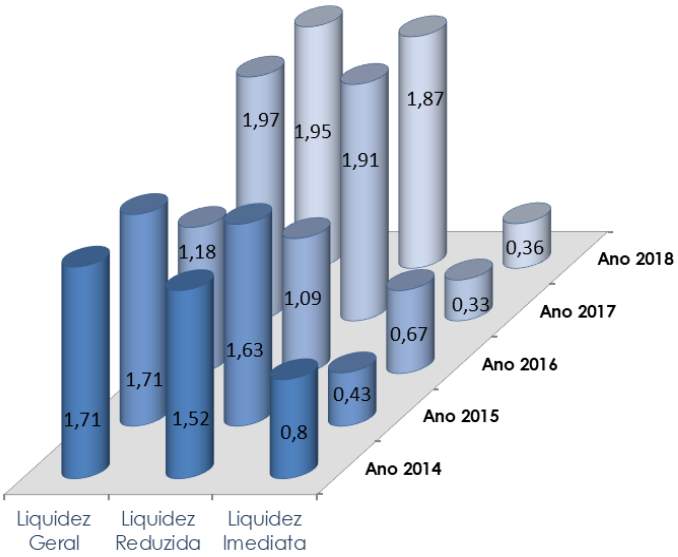


Gráfico n.º 25 – "Os Rácios da Liquidez dos exercícios de 2014 a 2018".

3.4. As Dívidas e o Endividamento Municipal

3.4.1. As Dívidas De e A Terceiros

Em relação às Dívidas de Terceiros, o valor diminuiu 476.832,56€ em 2018 face ao exercício anterior. Este decréscimo, justifica-se pelo facto de o valor a receber pelas candidaturas reconhecido a 31 de dezembro de 2018, ter diminuído. E no Estado e Outros Entes Públicos no ano de 2017, estava refletida a dívida que 60.000,00€ que a Autoridade Tributária tinha pelo reembolso do IVA de apuramento normal. No entanto, no exercício de 2018 o valor foi recebido e por esta razão o valor das dívidas a receber nesta conta é menor.

Dividas de Terceiros - Curto Prazo	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017	Ano de 2018
Clientes Conta Corrente	117.717,87 €	133.683,90 €	132.516,36 €	148.537,69 €	148.384,37 €
Contribuintes Conta Corrente	61.531,82 €	70.933,68 €	69.917,79 €	75.619,17 €	88.728,09 €
Utentes Conta Corrente	69.324,93 €	101.165,36 €	100.173,33 €	99.820,17 €	107.813,11 €
Estado e Outros Entes Públicos	140.815,34 €	123.586,51 €	99.646,54 €	84.796,94 €	28.823,25 €
Outros Devedores	1.226.657,02 €	1.678.837,88 €	122.690,18 €	1.114.048,77 €	672.241,36 €
Total das Dívidas de Terceiros	**1.616.046,98 €**	**2.108.207,33 €**	**524.944,20 €**	**1.522.822,74 €**	**1.045.990,18 €**

Quadro n.º 13 – "As Dívidas De Curto Prazo do período de 2014 a 2018".

As Dívidas a Curto Prazo do Município da Lousã no exercício de 2018, face ao anterior, registaram uma diminuição de 8,02%, ou seja, em valor o decréscimo foi de 193.714,98€. Para esta evolução contribui a redução de 191.945,37€ dos Fornecedores Conta Corrente; e o decréscimo dos Outros Credores de 77.747,06€.

Em relação aos Fornecedores de Imobilizado, a tendência foi contrária pois neste tipo de fornecedores verificou-se um acréscimo da dívida de 109.475,54€, isto é, de mais 70,66%.

Dividas a Terceiros - Curto Prazo	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017	Ano de 2018
Fornecedores Conta Corrente	1.145.319,22 €	711.356,33 €	247.064,96 €	1.073.758,65 €	881.813,28 €
Clientes e Utentes Com Cauções	10.182,65 €	,00 €	,00 €	,00 €	,00 €
Fornecedores de Imobilizado Conta Corrente	492.203,91 €	72.861,66 €	296.032,53 €	154.937,26 €	264.412,80 €
Estado e Outros Entes Públicos	86.122,93 €	102.532,81 €	98.335,72 €	107.316,21 €	111.179,80 €
Outros Credores	462.420,50 €	495.188,17 €	510.123,69 €	528.611,32 €	450.864,26 €
Empréstimos de MLP - componente de curto prazo	562.163,88 €	585.536,71 €	584.194,91 €	552.168,23 €	514.806,55 €
Total das Dívidas a Terceiros Curto Prazo	**2.758.413,09 €**	**1.967.475,68 €**	**1.735.751,81 €**	**2.416.791,67 €**	**2.223.076,69 €**

Quadro n.º 14 – "As Dívidas A Curto Prazo do período de 2014 a 2018".

No que toca às Dívidas de Médio e Longo Prazo, à semelhança da tendência dos anos anteriores, estas diminuíram 753.486,63€, devido à amortização dos empréstimos efetuada no

exercício de 2018 e à redução da dívida do Fundo de Apoio Municipal devido às alterações do Orçamento do Estado de 2018.

Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017	Ano de 2018
Dívidas a Instituições de Crédito	4.317.658,99 €	3.769.651,68 €	3.183.643,31 €	2.625.754,02 €	2.110.665,34 €
Dividas Leasing e Divida FAM	594.954,49 €	501.451,12 €	406.752,51 €	331.163,78 €	92.765,83 €
Total das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo	**4.912.613,48 €**	**4.271.102,80 €**	**3.590.395,82 €**	**2.956.917,80 €**	**2.203.431,17 €**

3.4.2. O Endividamento Municipal

O Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, alterou profundamente o cálculo dos limites do endividamento municipal, fazendo com que os municípios tenham de cumprir com o Limite da Dívida Total.

Nos termos do disposto no n.º 1 do seu artigo 52.º, na sua atual redação, o limite da dívida total para cada município é apurado do seguinte modo: a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, **1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

Atendendo ao disposto na lei, podemos verificar que a situação do Município da Lousã é a seguinte:

Apuramento do Limite da "Dívida Total"	2018 (01/01/2018)	2018 (31/12/2018)
Total receita cobrada nos 3 últimos anos	**35.321.539,28**	**35.321.539,28**
Receita corrente cobrada em 2015	11.686.509,13	11.686.509,13
Receita corrente cobrada em 2016	11.815.557,50	11.815.557,50
Receita corrente cobrada em 2017	11.819.472,65	11.819.472,65
Média da receita	**11.773.846,43**	**11.773.846,43**
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos	**17.660.769,64**	**17.660.769,64**

Apuramento da Dívida Total	01-01-2018	31-12-2018
Dívida Total Operações Orçamentais do Município	**4.915.353,18**	**3.986.252,02**
(Desagregar por Contas Patrimoniais)		
2312 - Dívidas a instituições de crédito	3.177.922,25	2.625.471,89
221 - Fornecedores, c/c	748.460,84	727.200,24
228 - Fornecedores - Facturas Em Recepção	325.297,81	154.613,04
24 - Estado e Outros Entes Públicos	56.884,34	64.290,99
2611 - Fornecedores Imobilizado, c/c	122.240,12	150.860,89
2613 - Fornecedores de Leasing	117.135,34	95.915,28
2614 - Fornecedores de Factoring	10.699,22	31.602,36
2618 - Fornecedores de Imobilizado em Conferência	0,00	60.644,10
268 -Outros Credores	356.713,26	75.653,23
Dívidas das entidades relevantes para efeitos de Limites da Dívida Total	29.937,00	22.388,39
Dívida Total excluíndo Operações Extraorçamentais	**4.945.290,18**	**4.008.640,41**
Capacidade de Endividamento		
Limite da Dívida Total da Autarquia calculado	17.660.769,64	17.660.769,64
Montante da Dívida Total (excluindo operações extraorçamentais)	4.945.290,18	4.008.640,41
Margem ABSOLUTA	12.715.479,46	13.652.129,23
Margem UTILIZÁVEL ((20% - alínea b) do nº 3 do artº 52º)	**2.543.095,89**	**2.730.425,85**

Quadro n.º 15 – "Valores dos Limites impostos por Lei".

Efetuando os cálculos da majoração da média em 1,5%, para o cálculo do Limite da Dívida Total do Município da Lousã, verifica-se que o valor para o exercício de 2018 é de 17.660.769,64€.

No final do ano 2018 tinha 4.008.640,41€ de dívida de operações orçamentais incluindo as Associações de Municípios, o SEL e o FAM. A margem disponível no final do exercício de 2018 é de 2.730.425,85€.

Desta forma, o Município ficou com margem disponível para utilizar de forma a cumprir o novo Limite da Divida Total previsto no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais.

3.4.3. Os Pagamentos em Atraso

De acordo com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o Município da Lousã tem vindo a cumprir com o que ela estipula e não tem pagamentos em atraso. O Prazo Médio de Pagamentos no final do ano de 2018 era de **34 dias**.

					2018
	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2018
Prazo Médio de Pagamentos	58	26	23	43	**34**

Quadro n.º 16 – "Evolução do Prazo Médio de Pagamentos de 2014 a 2018".

4. Notas Explicativas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

As notas que a seguir se apresentam "visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo", como está definido no ponto 2.4 do Decreto-Lei n.º54-A/99.A sua exigibilidade está expressa no ponto 2,art.º6 do Decreto-Lei n.º54-A/99 e na resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou para cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e definidos no ponto 3.2 do POCAL.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações do Município (entidade contabilística), segundo os princípios do custo histórico, prudência, especialização dos exercícios, materialidade e da não compensação.

O princípio da forma prevaleceu sobre o da substância em consonância com o disposto no POCAL, exceto para a contabilização das aquisições de bens através de contratos de locação financeira.

Notas:

8.2.1. Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia Local.

- Tanto o Balanço como a Demonstração de Resultados foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no POCAL.

8.2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

No exercício de 2018, há a salientar o facto de terem sido inseridos bens que não puderam ser incluídos no arrolamento inicial, pois em termos legais não reuniam as condições exigidas por lei. Assim, durante o exercício de 2018 os Prédios Urbanos do Aeródromo, o Pavilhão Gimnodesportivo e a Piscina Municipal foram inseridos no Património Municipal.

8.2.3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.1 do POCAL, foi aprovado pela Câmara Municipal o Regulamento de Cadastro e Inventário do Imobilizado da Autarquia (RCIIA) que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município. O RCIIA faz parte integrante da Norma de Controlo Interno da Autarquia. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente ao imobilizado corpóreo e bens de domínio público, foram os que constam desse regulamento, estando os critérios de acordo com as disposições do POCAL e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

a) Imobilizado Corpóreo e Bens do Domínio Publico

a 1) O imobilizado corpóreo é registado pelo valor de aquisição ou de produção, incluindo todas as despesas com a compra.

a 2) As amortizações são calculadas em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes por duodécimos.

b) Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com grau de acabamento e faturação das obras e trabalhos específicos (Imobilizado Incorpóreo).

c) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) são relevados ao custo de aquisição.

Os investimentos financeiros estão expressos no mapa de ativos de Rendimento Fixo e na nota 8.2.16.

d) Existências

As Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

e) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

f) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

g) Acréscimos e Diferimentos / Especialização dos exercícios

As receitas são reconhecidas nos exercícios a que dizem respeito independentemente do seu recebimento.

As despesas são igualmente reconhecidas quando ocorrem, independentemente do seu pagamento. As diferenças resultantes são relevadas nas rubricas de " Acréscimos e Diferimentos": Acréscimos de Proveitos; Custos Diferidos; Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

Incluem-se nestas contas, seguros a liquidar, remunerações a liquidar, consumos de água, eletricidade, telecomunicações, despesas antecipadas de seguros, especialização de custos diversos, juros a receber, especialização de proveitos diversos e subsídios ao investimento (FEDER e outros).

h) Aquisições em locação financeira

Os valores de capital indicados nos contratos de aquisição de bens em regime de locação financeira são registados nas respetivas contas de imobilizado, e de fornecedores de imobilizado. Os encargos financeiros debitados são relevados nas adequadas contas de custo do exercício.

8.2.4. Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

- Não Aplicável.

8.2.5. Situações em que o resultado do exercício foi afetado: por valorimetrias diferentes das previstas nos critérios de valorimetria; por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas e por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

- Não Aplicável.

8.2.6. Comentário às contas 431 «Despesas de Instalação» e 432 «Despesas de Investigação e de Desenvolvimento».

- O valor da conta 431 - Despesas de Instalação reflete o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU).

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Ano: 2018
Até à data: 31-12-2018

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	173.380,29	0,00	0,00	0,00	0,00	173.380,29
452	Edifícios	53.318,81	0,00	0,00	0,00	6.678,00	59.996,81
453	Outras construções e infraestruturas	34.057.140,48	0,00	0,00	0,00	317.125,42	34.374.265,90
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	352.244,59	0,00	377.592,57	0,00	-323.803,42	406.033,74
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		34.636.084,17	0,00	377.592,57	0,00	0,00	35.013.676,74
431	Despesas de instalação	91.137,61	0,00	0,00	0,00	0,00	91.137,61
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	1.504.200,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.504.200,56
433	Propriedade industrial e outros direitos	14.055,12	0,00	0,00	0,00	0,00	14.055,12
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.609.393,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.609.393,29
421	Terrenos e recursos naturais	10.267.459,01	784.279,98	9.880,43	210.132,66	-21.875,23	10.829.611,53
422	Edifícios e outras construções	45.208.394,80	3.101.222,53	14.368,41	0,00	438.391,13	48.762.376,87
423	Equipamento básico	4.591.126,87	0,00	355.119,49	0,00	0,00	4.946.246,36
424	Equipamento de transporte	3.391.294,62	0,00	168.093,57	358.224,06	0,00	3.201.164,13
425	Ferramentas e utensílios	840.013,30	0,00	16.439,04	0,00	0,00	856.452,34
426	Equipamento administrativo	1.149.774,72	0,00	102.767,02	0,00	0,00	1.252.541,74
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	174.250,19	0,00	0,00	0,00	0,00	174.250,19
442	Imobilizações em curso	451.921,24	0,00	477.668,59	0,00	-438.391,13	491.198,70
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		66.074.234,75	3.885.502,51	1.144.336,55	568.356,72	-21.875,23	70.513.841,86
411	Partes de capital	675.372,46	0,00	0,00	0,00	0,00	675.372,46
412	Obrigações e títulos de participação	508.366,36	0,00	-181.558,36	0,00	0,00	326.808,00
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	10.340,68	-316,29	0,00	0,00	0,00	10.024,39
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151	Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.194.079,50	-316,29	-181.558,36	0,00	0,00	1.012.204,85

Quadro n.º 17 – "Ativo Bruto/Imobilizado Bruto".

Ano: 2018

Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	11.941,01	1.522,69	0,00	13.463,70
Outras construções e infraestruturas	4853	22.276.631,01	1.725.067,45	-762,04	24.002.460,50
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
		22.288.572,02	1.726.590,14	-762,04	24.015.924,20
De Imobilizações Incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	66.230,11	0,00	0,00	66.230,11
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	1.504.154,39	0,01	0,00	1.504.154,40
Propriedade industrial e outros direitos	4833	11.707,18	41,25	0,00	11.748,43
		1.582.091,68	41,26	0,00	1.582.132,94
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	2.151.899,85	276.350,14	-311.917,35	2.740.167,34
Outras construções	48222	14.508.469,91	476.660,36	-3.813,33	14.988.943,60
Equipamento básico	4823	3.851.768,24	194.786,23	0,00	4.046.554,47
Equipamento de transporte	4824	2.526.675,46	138.551,74	331.829,71	2.333.397,49
Ferramentas e utensílios	4825	768.141,36	25.272,42	0,00	793.413,78
Equipamento administrativo	4826	962.050,32	85.278,00	0,00	1.047.328,32
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	15.785,86	1.685,23	0,00	17.471,09
		24.784.791,00	1.198.584,12	16.099,03	25.967.276,09
De Investimentos em Imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00		0,00

Quadro n.º 18 – “Amortizações e Provisões”.

8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

Descrição do ativo imobilizado. À exceção dos edifícios e outras construções e viaturas (a desagregar elemento por elemento), poderá ser efetuada por grupos homogéneos (conjunto de

elementos da mesma espécie cuja amortização obedeça ao mesmo regime e deva iniciar-se no mesmo ano);

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e de reavaliação;

Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação;

Taxas de amortização;

Amortizações do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

*- Informações relativas à nota 8.2.8 encontram-se **nos quadros da nota 8.2.7** e no Inventário aprovado com os documentos da prestação de contas (todos os dados estão inseridos na base de dados informática SIC da AIRC).*

8.2.9. Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

- Não Aplicável.

8.2.10. Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

- Não Aplicável.

8.2.11. Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

- Não Aplicável.

8.2.12. Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma;

Imobilizações implantadas em propriedade alheia;

Imobilizações reversíveis;

Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados, respeitantes ao exercício e acumulados.

- Não Aplicável.

8.2.13. Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

- Os bens adquiridos em regime de locação financeira pela Autarquia são os seguintes:

-Terreno Rústico:

Valor Contabilístico: 383.451,71€;

8.2.14. Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

- Não aplicável

8.2.15. Relação dos bens de domínio público que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

- Os bens do património histórico, artístico e cultural não estão valorizados porque decidiu-se que a sua valorização iria destorcer a imagem do Balanço.

8.2.16. Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

ENTIDADES PARTICIPADAS

Câmara Municipal da Lousã										
Ano: 2018	A. Participações em entidades societárias									
Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Ersuc Resuduos Sólidos do Centro SA (1)	503004405	Societária	38212	8.500.000,00	24.705,46	0,608	24.705,46	24.705,46		
Águas do Centro Litoral, SA (1)	513606181	Societária	37002	39.974.968,10	449.867,00	1,12	449.867,00	449.867,00		
Metro Mondego (1)	503671320	Societária	52213	1.075.000,00	150.500,00	14	150.500,00	150.500,00		
Emequatro Educ. e Serviços (2)	503765457	Societária	85593	5.000,00	50.300,00	32	50.300,00	50.300,00		
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	417.857.175,00	326.808,00	0,08	272.340,00	272.340,00		a)

(1) Exercício Económico 2018

(2) Exercício Económico 2017

a) -Inicialmente foi subscrito o Fundo de Apoio Municipal, regulamentado pela Lei n.º 53/2014 de 25/8 no montante de 508.366,36€. No entanto, no exercício de 2018, através da Lei do Orçamento do Estado de 2018, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios foram reduzidas em 25%, 50%, 75% e 100%, fazendo com que esta redução de verbas tenha reflexos na capitalização do próprio fundo. Desta forma, no Município da Lousã o valor subscrito do fundo, à data de 31 de dezembro, é de 326.808,00€ e está registado na conta 412-Obrigações e Títulos de Participação.

8.2.17. Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos Negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

- Não Aplicável.

8.2.18. Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

- Não Aplicável.

8.2.19. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

- Não Aplicável.

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

- Não Aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

- Não Aplicável.

8.2.22. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

- O valor global das dívidas de cobrança duvidosa é de 229.099,69€, valor este provisionado a 100%.

8.2.23. Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

- Não Aplicável.

8.2.24. Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

- Não Aplicável.

8.2.25. Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

-Os montantes em dívida ao Estado e outros entes públicos dizem respeito às retenções nos salários do mês de dezembro para serem entregues no mês de janeiro de 2019.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Ano: 2018 Unidade: Euros

8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	1.728.016,34		89.089,97		1.817.106,31	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	56.109,32		46.792,32		102.901,64	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	1.437.938,14		42.297,65		1.480.235,79	
09323	Prestadas por Outros Credores	233.968,88				233.968,88	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				162.735,83		162.735,83
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				155.969,40		155.969,40
09333	Devolvidas a Outros Credores				6.766,43		6.766,43
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
	Total de Garantias e Cauções	1.728.016,34		89.089,97	162.735,83	1.654.370,48	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	Á responsabilidade do Tesoureiro	111.329,39			351,35	110.978,04	
0922	Á responsabilidade de Outros Agentes						
	Total de Recibos para Cobrança	111.329,39		0,00	351,35	110.978,04	
	Total	1.839.345,73		89.089,97	163.087,18	1.765.348,52	

Quadro n.º 19– "Mapa 8.2.26. – Contas de Ordem".

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Ano: 2018

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Unidade: Euros

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	189.897,34	46.702,44	7.500,09	229.099,69
292	Provisões para Riscos e Encargos	88.967,69	0,00	0,00	88.967,69
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro n.º 20 – "Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas".

8.2.28. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço.

- Os movimentos na conta 576 – "Doações" dizem respeito a doações feitas ao município durante o ano de 2018, algumas relativas a ajudas no âmbito dos fogos florestais. Há a salientar uma Doação de 45.000,00€ feita pela Liga dos Amigos dos Bombeiros, para que o Município da Lousã, adquire-se uma ambulância o que veio a acontecer pela viatura 45-UT-68.

- Os movimentos na conta 59 – "Resultados transitados" dizem respeito à transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2017.

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Câmara Municipal da Lousã
(designação da autarquia local)

Ano: 2018
(unidade: EUR)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	152.915,73
Compras	0,00	292.901,12
Regularizações de Existências	0,00	4.082,09
Existências Finais	0,00	175.125,80
Custos no Exercício		**274.773,14**

Quadro n.º 21 – "Demonstração do CMVMC".

8.2.30. Demonstração da variação da produção, como segue:

Ano: 2018

Demonstração da Variação da Produção

Unidade: Euros

Movimentos	Produtos acabados e intermédios		Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		Produtos e trabalhos em curso	
Existências Finais	33	0,00	34	0,00	35	0,00
Regularizações de Existências	383	0,00	384	0,00		
Existências Iniciais	33	0,00	34	0,00	35	0,00
Aumento/Redução no Exercício		0,00		0,00		0,00

Quadro n.º 22 – "Demonstração da Variação da Produção".

8.2.31. dos Demonstração Resultados Financeiros:

Demonstração de resultados financeiros Ano: 2018

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	27.275,22	33.438,56	781	Juros obtidos	387,11	730,63
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	507.240,56	502.349,37
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	2.738,68	13.509,95
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	1.876,97	1.307,10	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	481.214,16	482.669,77	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	825,48
		510.366,35	517.415,43			510.366,35	517.415,43

Quadro n.º 23 – "Demonstração dos Resultados Financeiros".

8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários:

Demonstração dos Resultados Extraordinários Ano: 2018

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	149.664,12	196.146,43	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	4.309,12	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	3.436,63	11.639,03	793	Ganhos em existências	7.518,72	12.133,73
694	Perdas em imobilizações	22.538,20	3.219,27	794	Ganhos em imobilizações	9.472,90	1.281,30
695	Multas e Penalidades	0,00	392,64	795	Benefícios de penalidades contratuais	20.865,12	28.015,13
696	Aumentos de amortizações e de provisões	316.492,72	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	7.500,09	3.442,83
697	Correções relativas a exercícios anteriores	48.441,27	108.615,24	797	Correções relativas a exercícios anteriores	324.420,19	233.750,26
698	Outros custos e perdas extraordinárias	20.625,61	65,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	707.578,42	615.976,20
	Resultados extraordinários	516.156,89	570.212,72				
		1.077.355,44	894.599,45			1.077.355,44	894.599,45

Quadro n.º 24 – "Demonstração dos Resultados Extraordinários".

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). Caso o saldo da conta 59 seja positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Liquido, e que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Liquido do Exercício.

O Resultado Líquido do Exercício de 2018 foi negativo, no valor de **– 1.257.987,90€**, pelo que o valor do RLE deverá ser integralmente transferido para a conta 59- Resultados Transitados.

6. Contabilidade de Custos

Dando cumprimento ao disposto no POCAL, no exercício de 2018, continuou-se a utilizar o sistema de contabilidade de custos, que permitiu o apuramento dos custos do Município por Funções, Centros de Responsabilidade e por Bens e Serviços.

Todos os custos (ótica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

A Contabilidade de Custos constitui um importante instrumento de gestão interna, a partir do qual se obtêm informações que ajudam na tomada de decisão dos órgãos de gestão e administração.

A informação obtida em 2018 contribuirá de forma decisiva para a fixação de Taxas, Tarifas e Preços dos bens e serviços produzidos e prestados pelo Município da Lousã, atendo ao disposto na Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais).

Os custos começaram por ser imputados às Funções, sendo classificados em diretos, indiretos e não incorporáveis. Os custos indiretos foram repartidos por todas as funções em função do coeficiente (1) definido no POCAL, os não incorporáveis não foram considerados para efeitos de imputação e finalmente os diretos foram imputados às respetivas funções.

A cada uma das funções corresponde um ou mais Bens e Serviços aos quais foram imputados os custos diretos das funções. Estes custos foram imputados de forma direta a cada um dos

Bens e Serviços ou de forma indireta aos Bens e Serviços da sua Função, neste caso foram repartidos de acordo com o coeficiente (2) definido no POCAL.

Coeficiente (1) = Somatório Custos Diretos da Função/ Somatório Custos Diretos de todas as Funções

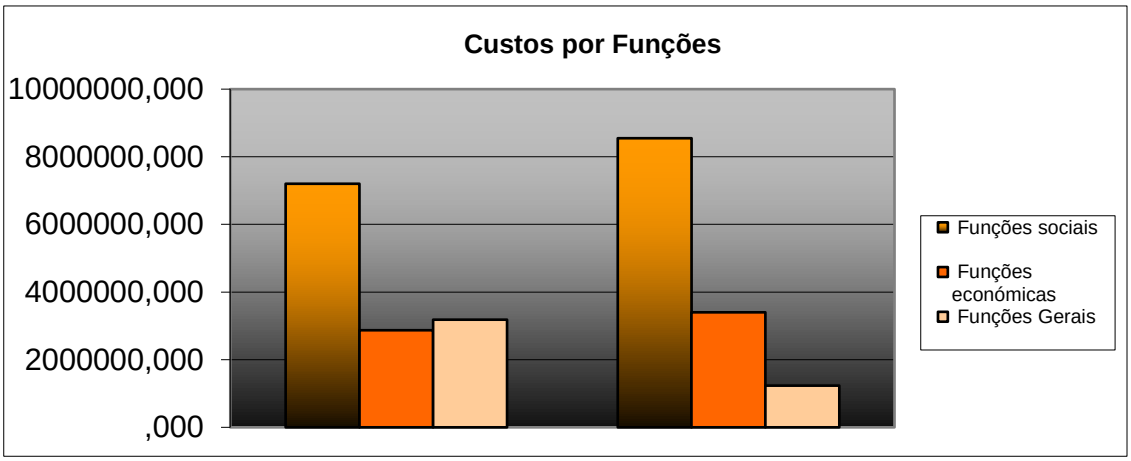
Coeficiente (2) = Somatório Custos diretos do Bem ou Serviço/ Somatório Custos diretos da Função

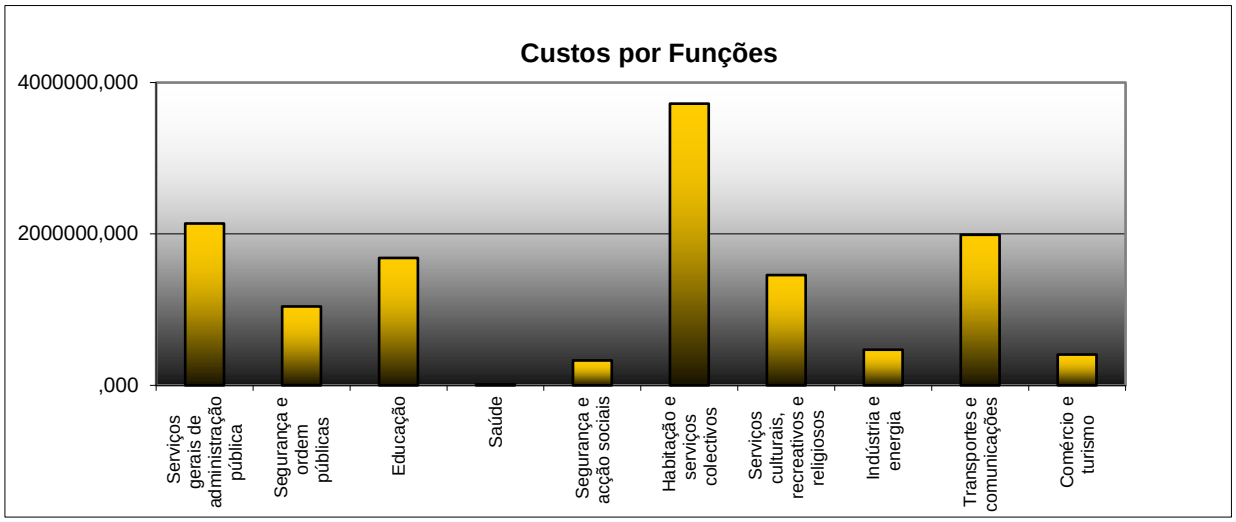
O presente relatório apresenta e analisa a distribuição dos custos do Município por Funções.

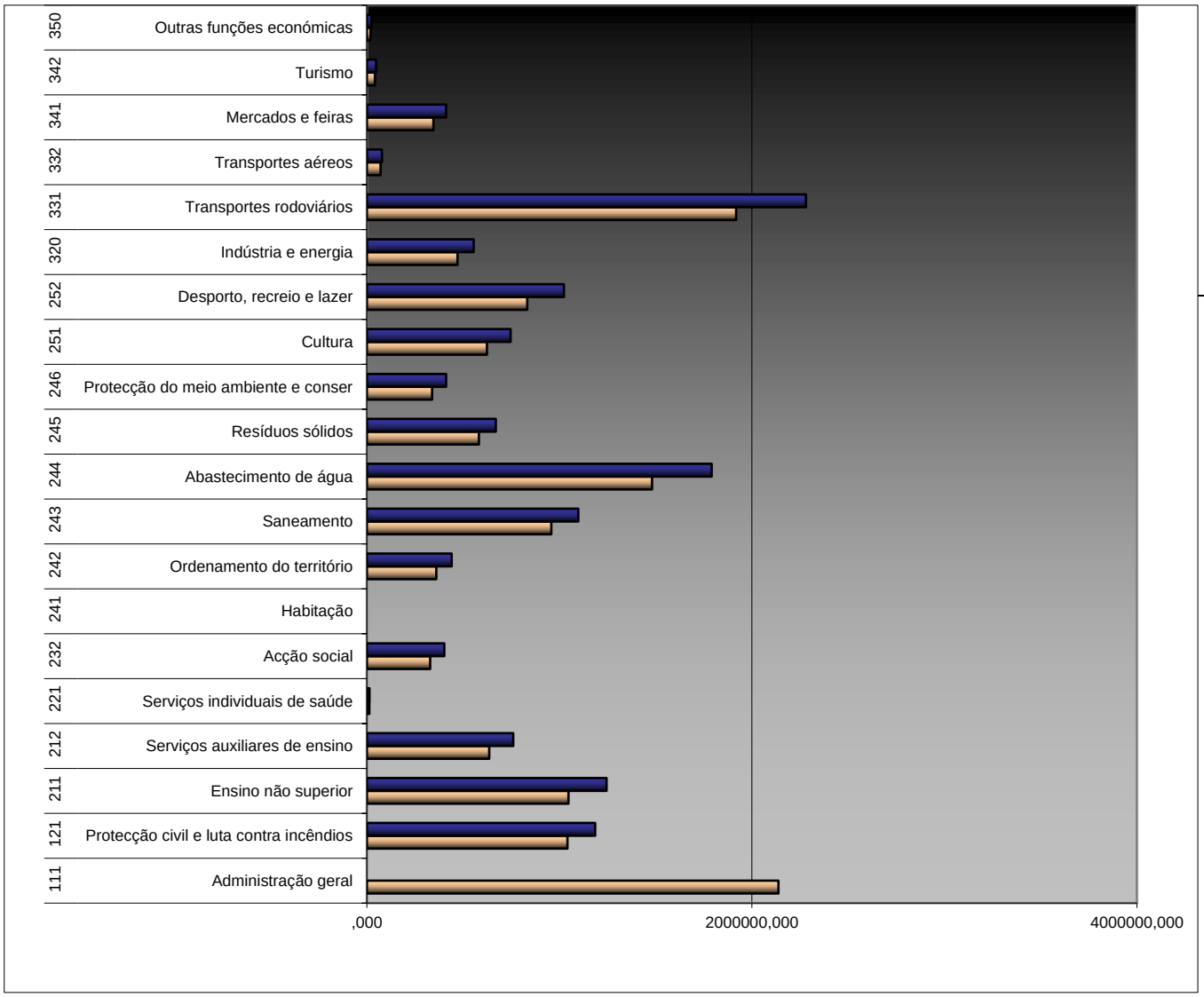
ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

	Funções	Custos por Função	%	Custos por função com distribuição da Func.111	%
1	Funções Gerais	**3 179 916,26**	**23,43**	**1 236 722,18**	**9,11**
110	Serviços gerais de administração pública				
111	Administração geral	2 137 962,46	15,75	0,00	0,00
120	Segurança e ordem públicas				
121	Protecção civil e luta contra incêndios	1 041 953,80	7,68	1 236 722,18	9,11
122	Polícia municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Funções sociais	**7 202 292,91**	**53,06**	**8 548 585,87**	**62,98**
210	Educação				
211	Ensino não superior	1 047 208,75	7,71	1 243 046,11	9,16
212	Serviços auxiliares de ensino	635 670,60	4,68	754 541,31	5,56
220	Saúde				
221	Serviços individuais de saúde	12 692,60	0,09	15 044,36	0,11
230	Segurança e acção sociais				
231	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00
232	Acção social	328 813,92	2,42	390 405,24	2,88
240	Habitação e serviços colectivos				
241	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00
242	Ordenamento do território	360 746,36	2,66	428 092,18	3,15
243	Saneamento	958 127,77	7,06	1 137 289,02	8,38
244	Abastecimento de água	1 481 419,28	10,91	1 758 285,42	12,95
245	Resíduos sólidos	581 965,45	4,29	690 787,74	5,09
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	338 901,03	2,50	402 184,72	2,96
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos				
251	Cultura	623 696,63	4,59	740 215,58	5,45
252	Desporto, recreio e lazer	828 339,84	6,10	983 128,32	7,24
253	Outras actividades cívicas e religiosas	4 710,68	0,03	5 565,86	0,04
3	Funções económicas	**2 866 690,41**	**21,12**	**3 402 464,80**	**25,07**
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	9 423,18	0,07	11 133,55	0,08
320	Indústria e energia	461 342,82	3,40	547 502,71	4,03
330	Transportes e comunicações				
331	Transportes rodoviários	1 917 971,58	14,13	2 276 507,88	16,77
332	Transportes aéreos	54 500,15	0,40	64 762,37	0,48
333	Transportes fluviais	16 562,94	0,12	19 556,09	0,14
340	Comércio e turismo				
341	Mercados e feiras	345 694,88	2,55	410 262,35	3,02
342	Turismo	41 888,85	0,31	49 799,31	0,37
350	Outras funções económicas	19 306,01	0,14	22 940,55	0,17
4	Outras funções	**325 172,07**	**2,40**	**386 298,80**	**2,85**
410	Operações da dívida autárquica	18 284,92	0,13	21 705,66	0,16
420	Transferências entre administrações	257 680,89	1,90	305 785,05	2,25
430	Diversas não especificadas	49 206,26	0,36	58 808,09	0,43
	TOTAL	**13 574 071,65**	**100,00**	**13 574 071,65**	**100,00**

ANÁLISE GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES




Custos por Funções
4000000,000
2000000,000
,000
Serviços gerais de administração pública
Segurança e ordem públicas
Educação
Saúde
Segurança e acção sociais
Habitação e serviços colectivos
Serviços culturais, recreativos e religiosos
Indústria e energia
Transportes e comunicações
Comércio e turismo


350 Outras funções económicas
342 Turismo
341 Mercados e feiras
332 Transportes aéreos
331 Transportes rodoviários
320 Indústria e energia
252 Desporto, recreio e lazer
251 Cultura
246 Protecção do meio ambiente e conser
245 Resíduos sólidos
244 Abastecimento de água
243 Saneamento
242 Ordenamento do território
241 Habitação
232 Acção social
221 Serviços individuais de saúde
212 Serviços auxiliares de ensino
211 Ensino não superior
121 Protecção civil e luta contra incêndios
111 Administração geral
,000
2000000,000
4000000,000

O quadro e gráficos anteriores apresentam a distribuição dos custos do Município por Funções.

A análise é feita de forma comparativa entre as várias Funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos custos Municipais. Apresenta-se também, uma distribuição dos custos por Funções repartindo a Função 111, que se considera uma Função de apoio às Funções operativas, pelas outras Funções em função do peso absoluto que cada uma delas tem no valor global de custos.

Da análise dos quadros, conclui-se que as Funções Sociais representam 62,98% dos custos quando repartida a Função 111 – Administração Geral, com destaque para a Habitação e Serviços Coletivos com 32,53% dos custos e a Educação com 14,72%. As Funções Económicas representam 25,07% dos custos. De salientar também que os custos de suporte (Função 111 – Administração Geral) representam cerca de 16,00% dos custos, cerca de 1/6, valor que não é muito elevado, reservando cerca 84,00% dos custos para as funções operativas do Município.

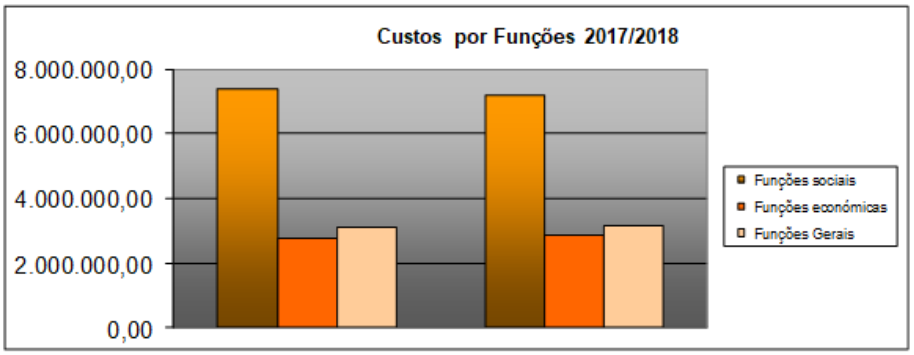
DR(Total de Custos) **(1)**	14 530 946,09	
CC(custos imputados) **(2)**	13 574 071,65	
Custos não incorporados **(1-2)**	**956 874,44**	**93,41**

Os custos Municipais foram todos tratados, mas dos custos apresentados na Demonstração de Resultados o valor de 956.874,44€ foi considerado não incorporável por se tratar de valores relacionados com operações extraordinárias dificilmente enquadráveis nas Funções apresentadas.

Do valor total de 14.530.946,69€ de custos incorridos no ano 2018 pelo Município, 13.574.071,65€ (93,41%) foram custos imputados de forma direta ou indireta às respetivas Funções.

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES ENTRE 2017 E 2018

	Funções	Custos por Função 2017	%	Custos por função 2018	%	Var. 2017/2018	Va 2017/ %
1	Funções Gerais	**3 103 468,89**	**22,78**	**3 179 916,26**	**23,43**	**76 447,37**	
110	Serviços gerais de administração pública						
111	Administração geral	2 344 879,32	17,21	2 137 962,46	15,75	-206 916,86	
120	Segurança e ordem públicas						
121	Protecção civil e luta contra incêndios	758 589,57	5,57	1 041 953,80	7,68	283 364,23	
122	Polícia municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2	Funções sociais	**7 385 537,27**	**54,21**	**7 202 292,91**	**53,06**	**-183 244,36**	
210	Educação						
211	Ensino não superior	1 044 027,01	7,66	1 047 208,75	7,71	3 181,74	
212	Serviços auxiliares de ensino	657 278,57	4,82	635 670,60	4,68	-21 607,97	
220	Saúde						
221	Serviços individuais de saúde	4 314,96	0,03	12 692,60	0,09	8 377,64	1
230	Segurança e acção sociais						
231	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
232	Acção social	386 731,85	2,84	328 813,92	2,42	-57 917,93	-
240	Habitação e serviços colectivos						
241	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
242	Ordenamento do território	420 730,38	3,09	360 746,36	2,66	-59 984,02	-
243	Saneamento	740 269,97	5,43	958 127,77	7,06	217 857,80	
244	Abastecimento de água	1 632 742,25	11,98	1 481 419,28	10,91	-151 322,97	
245	Resíduos sólidos	463 687,79	3,40	581 965,45	4,29	118 277,66	
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	382 958,01	2,81	338 901,03	2,50	-44 056,98	-
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos						
251	Cultura	648 014,21	4,76	623 696,63	4,59	-24 317,58	
252	Desporto, recreio e lazer	964 500,04	7,08	828 339,84	6,10	-136 160,20	-
253	Outras actividades cívicas e religiosas	40 282,23	0,30	4 710,68	0,03	-35 571,55	-
3	Funções económicas	**2 796 421,72**	**20,53**	**2 866 690,41**	**21,12**	**70 268,69**	
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	7 830,97	0,06	9 423,18	0,07	1 592,21	
320	Indústria e energia	435 555,90	3,20	461 342,82	3,40	25 786,92	
330	Transportes e comunicações						
331	Transportes rodoviários	1 914 859,67	14,05	1 917 971,58	14,13	3 111,91	
332	Transportes aéreos	35 846,63	0,26	54 500,15	0,40	18 653,52	
333	Transportes fluviais	2 255,72	0,02	16 562,94	0,12	14 307,22	6
340	Comércio e turismo						
341	Mercados e feiras	346 857,55	2,55	345 694,88	2,55	-1 162,67	
342	Turismo	32 699,52	0,24	41 888,85	0,31	9 189,33	
350	Outras funções económicas	20 515,76	0,15	19 306,01	0,14	-1 209,75	
4	Outras funções	**338 790,31**	**2,49**	**325 172,07**	**2,40**	**-13 618,24**	
410	Operações da dívida autárquica	21 663,09	0,16	18 284,92	0,13	-3 378,17	-
420	Transferências entre administrações	239 341,23	1,76	257 680,89	1,90	18 339,66	
430	Diversas não especificadas	77 785,99	0,57	49 206,26	0,36	-28 579,73	-
	TOTAL	**13 624 218,19**	**100,00**	**13 574 071,65**	**100,00**	**-50 146,54**	



Da análise ao quadro anterior verifica-se uma diminuição dos custos distribuídos, entre 2017 e 2018, de 0,37% que corresponde a 50.146,54€. No entanto, apesar deste ligeiro decréscimo existem funções como a Proteção Civil e Luta Conta Incêndios (37,35%), o Saneamento (29,43%) e os Resíduos Sólidos (25,51%) que obtiveram acréscimos significativos, comparativamente ao exercício económico de 2017.

Os custos com a Administração Geral (custos de suporte) diminuíram, entre 2017 e 2018, cerca de 8,82%, indo ao encontro da política de eliminação dos desperdícios, procurando racionalizar os recursos.

Com a Contabilidade de Custos cumpre-se uma obrigatoriedade legal, mas acima de tudo deixa-se o Município dotado de uma ferramenta de gestão capaz de proporcionar informação preciosa para a tomada de decisões.

A Contabilidade de Custos proporciona informação numa ótica económica, aglutinando os custos por Funções e por Bens e Serviços, mas é ao utilizador que cabe a maior responsabilidade na definição da estrutura conceptual deste tipo de contabilidade, por isso, importa referir que dado este primeiro passo na implementação, só será possível aperfeiçoar esta ferramenta se todos os serviços forem chamados a participar no sentido de definir a informação relevante que importa obter.

Ao decisor Autárquico cabe a tarefa primordial de utilizar a informação produzida com o objetivo de tomar a melhor decisão maximizando a sua economia, eficiência e eficácia.

O Sistema da Contabilidade de Custos está implementado, necessita agora de ser questionado, ser posto em causa, para assim poder evoluir e disponibilizar informação que realmente interesse a quem dela precisa para assim poder tomar as melhores decisões.